

EM TEMPO:

especial

II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores

AS RESPOSTAS DO P.T. À CRISE QUE ABALA O PAÍS

(pgs. 5 a 8)

*Pravda e
Hora do Povo:
Por que mentem
estes jornais?*

(pgs. 18 e 19)

*Caiu Golbery:
o fechamento virá?*

(pgs. 3 e 4)



*São Bernardo:
A estrondosa
vitória da
chapa do Lula*

(pg. 15)

PDS em campanha

A corrupção como bandeira

Aqui, as manobras, corrupções e compra de votos que o governo já está fazendo visando 82. Na próxima edição, traremos uma análise detalhada das reformas eleitorais recém propostas pelo governo.

Fez o maior sucesso o discurso de Figueiredo no Rio Grande do Sul no mês passado, abrindo oficialmente a campanha do PDS para as eleições de 82: "Vamos para as eleições. Para as mesmas eleições que a oposição teima em dizer que não se realizam. Pois vamos para as eleições e para a vitória".

Os puxa-sacos deliraram e o restante da população ficou com cara de "ora veja", esperando e por via das dúvidas, preparando o lombo... Mas se acompanhamos o que o governo anda fazendo por este Brasil afora, não fica muita dúvida que eles estão dispostos a fazer tudo para conseguir votos para o PDS. E não estamos falando propriamente das anunciadas reformas eleitorais que todos discutem hoje, mas das manobras, corrupções, compra de votos e "mutretas" que o governo já está fazendo.

O lema da campanha foi definido pelo próprio Figueiredo em um churrasco oferecido ao líder do PDS na Câmara e a todos os vice-líderes do partido do governo. "Eleição se ganha com prestação de serviços", afirmou Figueiredo. E completou: "o governo está disposto a investir maciçamente na área social a fim de beneficiar o PDS nas eleições".

Corre-corre eleitoreiro

Todo mundo sabe que o governo perde feio nas grandes cidades e no interior só leva voto na base da pressão do engodo. Todo mundo sabe que foi ele mesmo, com a reforma tributária no governo Castelo Branco, que deixou qualquer prefeito de pires na mão, a não ser seus protegidos, é claro. Pois agora deu uma onde de "preocupação" do governo com os problemas dos municípios e com a falta de boas condições de urbanização nos bairros mais pobres das grandes cidades.

Recentemente, o ministro do Interior, Mário Andreazza entregou ao presidente uma proposta de aplicação de Cr\$ 12 bi-

lhões em 2 mil municípios "para projetos de pequeno porte, mas de grande repercussão social a nível das comunidades". E para cada obra, tome uma grande dose de demagogia: em Guanhães no interior mineiro, tendo como motivo a assinatura do contrato com uma empresa para o asfaltamento de um trecho da BR-120, o PDS promoveu um churrasco para dez mil pessoas!

Nas grandes capitais, de norte a sul do país, começou o corre-corre nas prefeituras, numa verdadeira explosão de projetos de urbanização em que eles entram com o material e os moradores trabalham em mutirão. Para isso, o governo procura até o apoio de setores mais conservadores da Igreja: há alguns dias atrás lá estava o ministro Andreazza reunido com o cardeal Eugênio Salles e um representante da pastoral das Favelas instalando um grupo de trabalho numa favela do Rio de Janeiro. Só que o povo não é bobo e desconfia logo. Na zona norte de São Paulo e em Taubaté moradores vieram a público denunciar esta manobra eleitoreira do PDS, utilizando a mão-de-obra dos pobres e se promovendo.

Em Recife, o prefeito Krause entrou firme na concorrência com as comunidades eclesiais de base da Igreja, criando seus grupos de ação comunitária. Não é a toa que na pesquisa Gallup sobre os futuros

governadores, ele está em quarto lugar. O mesmo vem acontecendo na populosa região do município de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. Enquanto isso, técnicos do Ministério dos Transportes e das prefeituras de Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre e Curitiba estão nos Estados Unidos discutindo com o Banco Mundial um "programa de pavimentação em bairros de baixa renda naquelas cidades".

Uma porretada daqui, uma mutreta dali

Nem só de flores é municiado o arsenal do PDS para conquistar seus votinhos. No Rio Grande do Sul, o diretório regional do partido andou fazendo levantamento dos funcionários públicos de cargos em confiança e que são de outros partidos, para propor a sua demissão.

No Ceará, em Sergipe, em Rio Branco e no Rio Grande do Sul, todo mundo ficou sabendo do desconto compulsório nos salários dos funcionários de cargos em comissão para formar uma "caixinha" para o PDS.

Também no âmbito da Justiça Eleitoral andam ocorrendo decisões, no mínimo, esquisitas. Até há algum tempo atrás, a tendência no Tribunal Superior Eleitoral para interpretar a lei dos partidos era de que mesmo depois de ser obtido o registro

definitivo não havia nenhum problema para o filiado sair dali. O que não podia era ele se candidatar se não estivesse no outro partido até um ano antes das eleições gerais. De repente, o TSE responde a uma consulta do PMDB e vira a mesa: o filiado que se desliga de um partido com registro definitivo perde o direito de se candidatar nas próximas eleições.

O fato é que com tanta gente ficando desgostoso dentro do próprio PDS e ameaçando dar o fora, o jeito era fechar as portas, jogando com a ambição eleitoral desses "dissidentes". E, de quebra, se botou mais uma pedra no caminho dos partidos que pensam em fusões ou incorporações como uma resposta eventual à reforma eleitoral.

Há lugar para todos?

Na mesa do oportunismo eleitoral do PDS, há lugar para todos. O mesmo governo que sempre reprimiu os trabalhadores, agora busca o seu apoio. O deputado Carlos Chiarelli, do PDS-RS, está patrocinando a criação de um movimento trabalhista dentro de seu partido. "O movimento trabalhista será fundamental para as eleições de 82, pois o partido precisa aproximar-se do trabalhador já que o assalariado (33 milhões em todo o país) compõe a maioria da população ativa", declarou o vivaldino.



Os sonhos do PDS contra o "realismo" de Delfim

O sonho do PDS de comprar o voto dos brasileiros através da concessão de benefícios se choca com a realidade nua e crua da crise econômica. O circo está armado: de um lado, Delfim Neto, intérprete do realismo de um tempo de "vacas magras" e de uma política econômica de claro conteúdo anti-popular; de outro, os líderes do PDS, representantes da ambição do governo de se legitimar através de um bom resultado eleitoral.

O primeiro campo de batalha é a Previdência Social, com os seus milhões de segurados. E com

uma agravante: o ministro da Previdência, Jair Soares, é candidato ao governo gaúcho. A situação não permite meias medidas, já que a Previdência tem um déficit global previsto até 82 da ordem de 214 bilhões de cruzeiros. Para onde foi o dinheiro, recolhido todo mês dos contribuintes? Até junho de 81, as fraudes sobem a 1,2 bilhões; além de sustentar os donos de hospitais, a indústria farmacêutica e a indústria hospitalar em geral, o dinheiro da Previdência, segundo revelações do próprio ministro, foi desviado para construir Brasília, a Ponte Rio-Niterói, a Trans-

amazônica, a hidrelétrica de Itaipu, para comprar ações da Vale do Rio Doce e do Instituto de Resseguros, além da Siderbrás...

De onde retirar mais recursos, saldar os débitos atuais e futuros? Delfim tem a resposta: elevar a cota da contribuição do assalariado e da empresa de 8 para 10% (quem sai perdendo são os trabalhadores já que as empresas simplesmente repassam o acréscimo para os consumidores através de aumentos nos preços de seus produtos); a diminuição dos casos de aposentadoria — agora só com 35 anos de serviço e com mais de 60 anos — e do recebi-

mento do aposentado, que se trabalhar para cobrir o vencimento já minguado não receberá aposentadoria integral. "Uma verdadeira cacetada", grita o líder do PDS consternado com o impacto eleitoral negativo das medidas.

O segundo quiprocó acontece no BNH, que agora tem reajustes semestrais de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Com o recente aumento de 72,4% das prestações do BNH, que tem 2 milhões de mutuários, o PDS entrou em reboliço, sendo anunciadas uma série de medidas

paliativas frente à revolta dos mutuários.

E cada zona da administração do governo se torna um local de conflitos. Se a concessão de emprego é um instrumento usual para cabrestar votos, as autarquias públicas estão limitadas por decreto governamental; se se propõe a concessão do 13º salário ao funcionalismo federal, Delfim grita que não tem verbas; e assim por diante. O governo é hoje um enorme campo de batalha entre os burocratas econômicos e as pretensões corruptoras de seus políticos.

A derrota definitiva de Golbery

Com a queda de Golbery, o fechamento político deixa de ser uma hipótese absurda para se tornar uma tendência política viável a médio prazo.

Atribuir ao afastamento do general Golbery razões de ordem pessoal ou de contrariedade frente a decisões polêmicas como a reforma eleitoral ou as propostas de mudança na Previdência, como fez em geral a grande imprensa, é imaginar que um sopro é capaz de mover uma barra de chumbo. E desconhecer o lastro político de Golbery, igualando-o a um ministro qualquer. É ignorar que ele representa a linha de continuidade entre o governo Geisel e o governo Figueiredo e, mesmo, com as fontes da própria revolução de 64.

O que houve sim é um remanejamento de forças dentro do próprio poder, um deslocamento decisivo do equilíbrio na disputa de influências no centro vital de decisões do regime. O governo Figueiredo e o próprio comando militar foram concebidos na disputa entre as duas alas históricas da Revolução de 64 — os castelistas, os distensionistas versus os “duros”. O resultado foi uma composição de forças na qual a hegemonia, a iniciativa política cabia aos que se alinhavam com Golbery. É essa hegemonia que agora se altera.

O gesto demissionário de Golbery só mascara o desenlace de uma luta surda que vinha se travando no poder. Na verdade, nas circunstâncias em que se dá, seria correto dizer que Golbery foi “expulso” do poder.

A demissão do posto simbólico de ministro da Casa Civil não é o mais importante; a alteração fundamental é o seu alinhamento dos canais de poder, o progressivo esvaziamento de sua influência política.

Sabe-se hoje que no episódio do Rio-Centro Golbery defendeu uma intervenção maior do governo, a apuração das responsabilidades. É claro que os motivos diziam antes de tudo respeito à própria luta interna na qual estava envolvido, já



Golbery e o gen. Medeiros, o mais presidenciável

que os atentados são promovidos por militares dissidentes interessados em desestabilizar o processo de distensão. O resultado, como se sabe, foi exatamente o oposto, com a inocentação dos terroristas, mantendo o governo uma atitude aparentemente neutra, mas na verdade avalisadora do IPM do I Exército.

Outra indicação da perda de influência de Golbery foram as promoções recentes e as alterações do comando do Exército, feitas também no sentido oposto aos interesses da ala distensionista. As mais expressivas foram justamente a indicação do general Sérgio Ari Pires para o comando do II Exército em São Paulo e a nomeação do General Coelho Neto, publicamente acusado de manter ligações com os autores dos atentados terroristas, para a chefia do gabinete do ministro do Exército, Wálter Pires.

Seguem-se ainda as querelas com a gestão da crise econômica que vem sendo imprimida por Delfim, na qual pontuam a negativa da concessão do 13º salário para o funcionalismo federal, anunciado pelo próprio diretor do DASP, e amigo pessoal de Golbery e o episódio da Previdência.

Quem sobe?

O ministro Leitão de Abreu, indicado para substituir Golbery, parece reunir as qualidades do bom servidor e jurista provinciano. Um bom funcionário e só. O fato de ter sido chefe do Gabinete Civil durante o governo Médici e de ter imposto como condição de aceitação de sua nova missão um sinal positivo do ex-presidente só mostra de que material é feito.

Quem ocupa o espaço político vazio deixado por Golbery? Embora seja previsível uma maior centralização das decisões em torno a Figueiredo, são notáveis os sinais do prevalescimento de alinhados com os “duros” no círculo do poder. Entre eles, sobe a estrela do chefe do SNI, general Octávio de Medeiros, que tem no seu currículo, entre outras ações, o comando direto das operações no ABC em 1980 e a contrariedade com o fim da intervenção no sindicato. Tido como o militar mais presidenciável, pessoalmente interessado em que a sucessão se faça sob o estrito controle da caserna, ele forma junto com Wálter Pires — ministro do Exército, que endossou pessoalmente a impunidade dos terroristas do Rio-Centro — e com Danilo Venturini, um tripé sensivelmente mais retrógrado ao redor de Figueiredo.

É interessante, neste sentido, a aproximação verificada no período recente entre Delfim Neto e o general Medeiros, significando uma tentativa de acomodação ao novo contexto. Com isso, ganha enorme semelhança a equipe ministerial atual com

a do governo Médici que tinha também entre seus ministros Andreazza.

O que virá?

É previsível que a saída de Golbery não seja a última, que novas reformas ministeriais ocorram no sentido de uma maior homogeneização, de acordo com a nova tendência predominante. É previsível que tenham uma definição mais rápida, questões que vinham sendo pendentes, como a reforma da lei salarial, as mudanças na Previdência, a definição das reformas eleitorais e que tenham defensores de soluções muitas vezes divergentes no interior do próprio governo.

Em um prazo mais largo é o próprio processo de distensão que estará em jogo. Pois além de reformas casuísticas, a previsão de um bom desempenho do PDS em 1982 dependeria de uma política econômica de cunho menos anti-popular, de uma neutralização dos “duros” no interior do Exército e uma ativação política do PDS. A saída de Golbery só fortalece tendências contrárias ao preenchimento dessas pré-condições. O que virá em troca? Certamente não há condições hoje para um retrocesso político do regime, um fechamento. Não existe nem unidade nas classes dominantes quanto a isso, nem o mínimo de legitimidade na opinião pública e nem muito menos houve uma derrota importante do movimento operário-popular. Mas pode-se dizer com certeza que entramos num novo período onde a tendência ao fechamento está instaurada, ganhando contornos cada vez menos remotos. “Vamos tentar uma abertura gradual. Ninguém ainda o conseguiu. Se der certo, bem. Senão, virá um período de violência do Estado e, depois, uma reação. Aí, vamos todos para o poste, menos o papai aqui, que estará velho”. A frase é de Golbery, 1974.

A primeira queda foi em 67

Pela segunda vez Golbery é afastado de poder. Em 1967, ele renuncia à chefia do SNI exatamente no momento em que começa a se consolidar o Estado terrorista.

O que distingue o general Golbery dos outros militares que, como ele, ocuparam postos de poder desde 64, não é decerto o seu anti-comunismo ferrenho, a sua visão de mundo conservadora, o sentido anti-popular das políticas de que foi autor. Nem muito menos a imagem cultivada de ser um feiticeiro, um “ideólogo puro”. Golbery passa para a história, como todos os outros chefes da “revolução de 64”, com a ficha suja: entre as falcaturas, os favores ilícitos à empresa multinacional Dow Chemical, à qual serviu e o acobertamento de desvios de até 30% das receitas do INAMPS no Rio de Janeiro por uma gang, da qual um filho seu fazia parte.

Golbery é o menos militar dos generais de 64. Sua personalidade política não é definitivamente a da caserna. Talvez por

isso mesmo, a sua vocação de “eminência parda”, a necessidade de se escorar sempre em figuras com representatividade no meio militar: em Castelo Branco — no governo do qual foi o chefe do SNI — em Geisel e Figueiredo, dos quais foi ministro da Casa Civil.

No centro do encontro Exército-multinacionais

Se o Estado surgido do golpe de 64 representa a sedimentação da aliança entre a ala conservadora do Exército com o grande capital nacional e multinacional, Golbery foi o personagem central desse encontro. Sabe-se hoje que ele foi um dos principais fundadores e o estrategista maior do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), espécie de biombo atrás do qual generais e representantes das grandes em-

presas conspiraram e organizaram não apenas o golpe de 64, mas o perfil do que seria o novo Estado. Dos arquivos de informação do IPES, por exemplo, sairia o SNI, do qual Golbery foi o primeiro chefe.

No episódio da posse de João Goulart, que apenas a mobilização popular garantiu contra as pretensões golpistas de militares da corrente ligada à Escola Superior de Guerra — entre os quais Golbery — a grande lição: um eventual golpe não seria vitorioso sem antes gerar um clima político que lhe desse um mínimo de legitimidade. Esta é a filosofia sobre a qual se montou toda a estrutura do complexo IPES-IBAD, matrizes do golpe de 64. Foi através dessas instituições que se articularam as grandes campanhas anti-Jango nas classes médias, como as cruzadas

pela Família e pela Liberdade, que se estimulou a mobilização de setores do empresariado e da própria Igreja.

Fracassa o projeto de ditadura legitimada

Esforço de mobilização que, se forneceu as indispensáveis bases de apoio para o golpe de 64, não conseguiu evitar, ao nível parlamentar e muito menos no seio dos trabalhadores o contínuo crescimento das forças populistas.

Daí, a opção pelo golpe militar como medida imperativa. E a ditadura, como solução de estabilidade para um projeto claramente voltado contra a esmagadora maioria da população, foi se impondo, com a sucessão de atos institucionais. Em pleno coração do golpe de 64, da con-

quista, ia se delineando o fracasso daqueles que concebiam um Estado economicamente forte e politicamente legitimado.

A evolução da correlação de forças no meio militar, com a ascensão de Costa e Silva, se por um lado mostrava uma descontinuidade na linha sucessória em prejuízo da ala hoje denominada distensionista, por outro, traduzia principalmente razões de Estado. As razões de ordem econômica (arrocho, centralização excessiva dos instrumentos de decisão etc.) somavam-se as de ordem propriamente política (perda crescente de legitimidade nos setores médios, combate à esquerda) para imprimir ao Estado um tom fortemente militarista e niesmo terrorista. Em 1967, Golbery, marginalizado, renuncia ao cargo do SNI tornando-se consultor da multinacional Dow Chemical.

A CRISE QUE

A crise está definitivamente instalada e sem perspectivas de solução.

Por Virgínia Pinheiro e Juarez Guimarães

O rei está nú



Diz a lenda que um odiado rei tirano encomendou a mais bela e rica roupa aos alfaiates mais famosos do reino. No intuito de desmoralizá-lo, os alfaiates passam a tecer uma vestimenta imaginária que só poderia ser vista pelos "puros de coração".

Meses depois, o tirano — auto-proclamado puro de coração — passa a desfilar inteiramente nu pelo reinado, sem que os seus súditos pudessem fazer coisa alguma.

O impasse é resolvido quando uma criança vê o rei:

— O rei está nu! grita.

De ponta a ponta do reino, ouve-se uma estrondosa gargalhada e naturalmente, como em toda boa lenda, a tirania vai abaixo.

Ao falar desse país, o Sr. Golbery do Couto e Silva costumava dizer que o rei andava vestido e a criança nua. Agora, sua saída do governo veste a roupa imaginária no rei, ao mesmo tempo em que a criança — o Partido dos Trabalhadores — realiza sua convenção nacional em São Paulo.

Um dos principais articuladores do golpe de 64, feito em nome da salvação da democracia contra a escalada subversiva, a corrupção, a inflação e o caos social e econômico, 17 anos depois e segundo sua própria lógica de então, deixa o país à beira da barbárie.

Taxas inflacionárias absurdas, desemprego em massa, corrupção em todos os níveis da administração pública, o terrorismo irreprimível dos órgãos de repressão e nenhuma esperança de recuperação a curto prazo de crescimento da economia.

Pessoalmente, o Sr. Golbery tenta passar para a história como Pilatos: lavando as mãos, deixando sem pai nem mãe os defensores tardios do capitalismo "civilizado". No entanto, sequer pode sair denunciando os "mais duros" ou as "forças ocultas" como os responsáveis por coisa alguma.

Corrida contra o relógio

O monstro que cresceu sobre as costas dos trabalhadores nesse país forma um corpo só com seus múltiplos tentáculos. A responsabilidade dos "distensionistas" é a mesma da linha "dura" e nesse sentido, suas divergências internas, não interessam aos trabalhadores que nada ganharam nem sob a hegemonia de um ou de outro.

Mas a derrota política dos "mais civilizados" abre uma corrida contra o relógio que não permite mais a menor condescendência em relação às propostas ilusionistas de quaisquer pactos sociais que coloquem na mesma mesa exploradores e explorados, opressores e oprimidos.

Ao Partido dos Trabalhadores — que representa a oposição mais conseqüente do país e a esperança de milhares de trabalhadores — cabe apontar que o rei está nu, embora a articulação da gargalhada nacional seja, infelizmente, muito mais complicada do que na lenda. Mas ela não pode demorar mais 10, 20 ou

50 anos como costumam profetizar os grandes acumuladores de derrotas que não conseguem acreditar no potencial de luta dos explorados.

O que está em jogo é a própria sobrevivência física de setores cada vez mais significativos da classe trabalhadora do país. Cabe à sua parcela mais avançada organizar e dirigir a luta pela garantia do emprego e dos níveis de salário, impedindo os retrocessos que se delinham na política fiscal e salarial e ampliar os direitos democráticos já conquistados praticamente.

Para tanto é necessário um esforço enorme de convencimento da oportunidade e possibilidade da greve geral e um avanço na compreensão da importância de enfrentar claramente a questão do poder.

O governo das classes dominantes não tem mais a menor justificativa política, social ou moral de permanência. Os trabalhadores têm o direito histórico inquestionável de se propor a dirigir o país.

Um pesadelo permanente

No centro mais dinâmico da economia brasileira, um em cada três brasileiros não encontra trabalho.

A crise está definitivamente instalada à cabeceira da cama e na mesa dos brasileiros, a rechear de pesadelos o seu sono e a minguar o pão de cada dia.

Pesquisando a região da Grande São Paulo, o Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos — DIEESE — chegou a conclusões esterecedoras. Em uma população economicamente ativa de 6 milhões de pessoas, o desemprego aberto já atinge a mais de 770 mil. Juntos, desempregados e subempregados, atingem quase um terço desta população, isto é, um em cada três brasileiros em condições de trabalhar não encontra ocupação estável no pólo mais dinâmico da economia nacional.

Vistos através de um ponto-de-vista mais amplo, os indicadores são igualmente preocupantes. Em julho, considerados os doze meses anteriores, a indústria registrou uma parali-

sação de seu crescimento, ou seja um crescimento zero. E não há nenhum sinal de que a desaceleração em curso da produção industrial tenha chegado ao fundo do poço.

Pelo contrário. Para o segundo semestre, o que se espera é que as indústrias de bens de consumo popular, que vêm mantendo um ritmo maior de crescimento relativamente aos outros setores industriais, sintam o efeito da queda da massa de salários, resultante do acréscimo do desemprego e da diminuição do poder aquisitivo dos salários.

Depois de 31 anos funcionando com preços tabelados, a indústria de panificação pode agora aumentar livremente os seus preços, como ocorreu há alguns dias atrás, sendo registrados aumentos de até 50% no preço do pão. Sabe-se que os derivados do trigo como as massas e o pão vinham sendo uma alternativa de consumo

Sandroni

Os patrões não querem hoje outro AI-5

Na ocasião dos atentados, no ano passado, não faltaram os profetas da catástrofe que estabelecessem uma relação mecânica entre a crise na economia e o fechamento político. Sobre isso, acho importante fazer algumas ponderações.

Existe uma recessão geral contra a qual os setores dominantes não podem fazer nada porque a sua resolução depende, em grande parte, das condições externas. Nessa situação, as liberdades democráticas passam a ser fundamentais para as classes dominantes. Estando em curso um processo de socialização de perdas, cada um dos setores que estão perdendo precisam de liberdade para gritar pelo seu pedaço. A Fiesp, hoje, não

está interessada em outro AI-5. Por outro lado, o temor de que o movimento operário, organizado nos sindicatos, pudesse "melar" o processo de abertura democrática veio decrescendo à medida em que a crise e o desemprego o lançaram na defensiva. O desemprego, hoje, é a arma mais terrível dos patrões.

Embora pareça uma heresia, podemos dizer que a economia está sob o controle do governo porque, apesar do caos em que ela se encontra, ninguém a contesta do lado burguês com um projeto alternativo. Trata-se do melhor momento político para a burguesia propor um pacto social. E, infelizmente, trata-se do momento mais difícil para os trabalhadores.

ABALA O PAÍS

E o movimento operário está diante de definições cada vez mais decisivas.

para as populações de baixa renda. Agora, frente às dificuldades orçamentárias, o subsídio ao trigo está sendo progressivamente retirado. Por outro lado, no período recente foi constatada uma queda de 40% no consumo de derivados do leite, como o iogurte, em geral consumidos por faixas mais bem situadas das classes médias.

Um frango cada vez mais magro

“É como repartir um frango socialmente”, afirma o economista Paulo Sandroni. “Uma coisa é saber quem come menos do pescoço, do pé e da cabeça e quem come um pouquinho menos do peito e da coxa. Uma coisa é reduzir ainda mais os salários dos trabalhadores; outra, reduzir em alguns pontos a margem de lucro das empresas.

Hoje, todos, com exceção do sistema financeiro que pode estar tendo uma lucratividade especialmente elevada, estão perdendo, porque há uma necessidade de socializar as perdas em toda a economia brasileira frente à economia mundial.”

Essa “socialização de perdas” decorreria, em primeiro lugar, do fato de que os preços nacio-



nais de exportação aumentaram em média 10% nos últimos dois ou três anos, sendo que os preços de importação aumentaram em média de 60 a 70%. Por outro lado, a previsão oficial dos gastos com os juros da dívida externa se eleva a mais de 700 bilhões de cruzeiros somente para este ano. Frente a uma conjuntura onde a recessão atinge vários países, em meio a uma escalada de elevação dos juros no plano internacional, o futuro da economia brasileira se vincula cada vez

mais, à dinâmica do capitalismo internacional.

A previsão, ainda segundo Sandroni, é que tenhamos para os próximos anos uma situação de baixos índices de desenvolvimento capitalista, convivendo ainda com altos índices inflacionários. “Um alto nível de inflação é a contra-partida monetária da socialização das perdas. Hoje, por exemplo, o Estado luta desesperadamente por uma capitalização, elevando os preços das empresas que administra a níveis maiores do

que os próprios índices inflacionários. A principal empresa devedora de fontes internacionais é a Eletrobrás e é por isso que observamos uma sistemática e extraordinária elevação das tarifas de energia elétrica. É a forma que o Estado encontra de pagar suas dívidas e continuar com seus planos normais de investimento. Mais ainda: a ênfase em honrar os compromissos externos faz com que se priorize as culturas de exportação, secundarizando o incentivo aos cultivos para consumo interno, gerando, assim, necessariamente a elevação dos seus preços. Por tudo isso, tanto pelo lado do esforço de capitalização do Estado, como pela prioridade às exportações é previsível um patamar elevado da inflação; apesar da contração dos negócios que hoje se assiste.”

É nessa situação, quando os trabalhadores mais necessitam de programas sociais e de benefícios, que se instaura a súbita “descoberta” do rombo orçamentário da Previdência e a proposta do governo de resolver o problema aumentando a contribuição saída dos bolsos dos trabalhadores e impondo critérios ainda mais rígidos para a concessão dos benefícios de aposentadoria.

Este é, sem dúvida, um método para distribuir os encargos da crise. Como o é também a proposta da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo de modificar a lei de reajustes dos salários, retirando dos que ganham até três salários-mínimos os 10% além do INPC.

Às vésperas da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, a FIESP realizou uma reunião com dez das doze federações dos trabalhadores de São Paulo, procurando um endosso para um “pacto” no qual os trabalhadores concordariam com as mudanças na lei salarial, em troca de eventuais alterações na lei de greve. No entanto, como pode se ver pelas notícias dos vários encontros sindicais promovidos nos Estados em preparação para a CONCLAT, (pgs. 12 e 13), a tendência é de partir para uma pressão nacional organizada através de mobilizações, em torno a um programa reivindicatório.

Foi na intenção de subsidiar a discussão das várias alternativas dos trabalhadores neste quadro complexo, que colhemos as opiniões de Paulo Sandroni e Maurício Coutinho, respectivamente professores de economia da PUC e da Universidade de Campinas.

Coutinho:
“É preciso ficar claro que qualquer medida de saída para a crise só pode ser proposta para outro governo. Não para esse.”

E stá na moda dizer que os trabalhadores têm de se posicionar sobre a proposta de um pacto social que permita ao país atravessar esse momento de crise.

Antes de mais nada, para que os trabalhadores possam entrar na discussão, uma proposta de pacto teria de, no mínimo, começar por garantir a preservação dos salários e dar uma resposta à questão do desemprego. Além disso, teria de apontar políticas que implicassem num redirecionamento dos investimentos industriais e especialmente da atuação do Estado para setores da economia que minorassem o sofrimento da população: setores que dizem respeito ao bem-estar social e que são atrasados, tais como transporte; Previdência Social etc.

Entretanto, assim colocado, é quase impossível que o problema tenha uma resposta pelo lado da discussão econômica.

O governo brasileiro está de mãos amarradas e vem tomando

medidas que são evidentemente retrógradas e reflexas. Ele não tem mais iniciativas. Por quê?

Um dos grandes pontos é o caráter internacional da economia brasileira: qualquer resolução da crise brasileira passa necessariamente por definições internacionais. O aperto do governo por todos os lados — desde a situação precária do Balanço de Pagamentos, passando por uma situação fiscal delicadíssima até a queda prevista do nosso produto agrícola para a próxima safra, só indica que ele está cada vez mais perdendo margem de manobra para apontar qualquer saída.

Sandroni:
“O Estado brasileiro é um Estado Capitalista e como tal, tem de atuar dentro da lógica capitalista”

Então é preciso ficar claro que qualquer medida de saída para a crise só pode ser proposta para outro governo, e não para esse. Os trabalhadores brasileiros não têm de ser precisos na defesa de bandeiras que impliquem em propostas de saída para crise. Eles não têm de entrar na lógica do atual modelo econômico e discutir uma política alternativa de investimentos, e outras. Eles só devem ser precisos na defesa

Sandroni:
“Todos os setores da burguesia estão pedindo o desmonte da política salarial. Portanto ela é uma trincheira a ser defendida”.

de suas condições de existência e apontar para um governo alternativo. (Maurício Coutinho).

Em determinado momento, alguns economistas fizeram propostas que tiveram certa influência nas propostas dos próprios sindicalistas e que agora voltam à cena com a discussão do pacto social. Eles diziam que uma das maneiras de se evitar a recessão na economia e ao mesmo tempo melhorar as condições de vida dos trabalhadores seria a de dirigir investimentos para atividades de consumo massivo tais como transporte, habitação etc.

Aqui temos de dizer que, do ponto de vista econômico, isso não passa de uma grande ingenuidade e que, do ponto de vista político, pode ser desastroso para os trabalhadores.

O Estado brasileiro é um Estado capitalista e como tal tem de atuar dentro da lógica capitalista, embora por ser Estado, muitas vezes tem também de ir contra essa lógica. Ele tem de fazer investimentos que são chamados de investimento a fundo perdido,

isto é, são investimentos que quase nunca repõem o capital necessário para fazê-los e quando repõem, obtêm uma taxa de lucro que é muitas vezes inferior à taxa de lucro médio, isto é, à taxa de lucro que um capitalista privado teria se fizesse o mesmo investimento em outra atividade.

As atividades de consumo massivo, propostas por esses economistas, são precisamente aquelas dos investimentos a fundo perdido e que se destinam às pessoas de baixo poder de solvência. Então, para se tirar o país da crise é evidente que não se pode fazer investimentos nesses setores que só aumentam o déficit.

Não foi à toa que se parou as obras do metrô do Rio de Janeiro, por exemplo. Para os trabalhadores, seria politicamente desastroso jogar na discussão do pacto social coisas dessa natureza que não podem ser cumpridas nem pelo governo atual, nem por qualquer outro governo burguês que tivesse de enfrentar as mesmas condições que o capitalismo brasileiro enfrenta hoje. (Paulo Sandroni).

Os trabalhadores brasileiros podem seguramente dizer que deram tudo para o sistema que aí está e não obtiveram nada dele. Mesmo no período dos “frangos gordos”, os salários foram tremendamente modestos. E depois de 17 anos de sofrimentos, de

massacre às condições de vida dos trabalhadores, ele não pode atender nem ao mais elementar dos direitos: o direito ao trabalho. E o pior é que não há nem perspectiva de solução do problema por parte do governo. Não há nenhum elemento de esperança nem nos discursos do governo. Ora, um sistema que não garante o emprego não tem nenhuma justificativa social de existência. A meu ver, a luta contra o desemprego é a luta mais importante a ser travada hoje. Além do mais, é a luta que mais pode obter uma solidariedade social efetiva e se traduzir imediatamente numa luta contra o regime. Um governo que não garante o emprego, tem de ser posto abaixo. (Maurício Coutinho).

Coutinho:
“Um sistema que não garante o emprego não tem nenhuma justificativa social de existência.”

Além dessa, a outra trincheira que tem de ser defendida é a manutenção e aperfeiçoamento da atual política salarial. Todos os setores da burguesia estão pedindo o seu desmonte. Se ela não foi posta abaixo até agora foi porque o governo ainda não teve condições políticas para dar o seu aval. Mas a ameaça é iminente. (Paulo Sandroni)

“Hoje é um dia muito especial para os trabalhadores. Em São Bernardo do Campo uma chapa “de oposição”, mas que usa a linguagem do governo, foi massivamente derrotada pelos trabalhadores. Vencemos os grandes inimigos do PT que dizem querer organizar os trabalhadores, mas que combatem seus dirigentes autênticos e apoiam pelegos como o Joaquinão. Ao mesmo tempo, hoje chegamos também ao final de um compromisso que assumimos perante a classe trabalhadora de construir o seu partido, mesmo sob um feroz regime militar. Gostaria de parabenizar todos os companheiros que se bateram por esta vitória”.

Festejando a vitória em São Bernardo

Com estas palavras, logo em seguida ao Hino Nacional, Luis Inácio da Silva, o Lula, abria no último dia 8 em São Paulo, às 15 horas da tarde, perante um plenário de mais de 200 delegados de todo o país, a pré-convenção nacional do PT.

Na verdade, iniciava-se ali o 11º Congresso Nacional do partido desde a sua fundação, comemorando a conquista das condições para o seu registro definitivo e tendo pela frente as tarefas para a sua consolidação como um real partido dos trabalhadores.

Em seguida à saudação do presidente do PT, o deputado Antônio Carlos, Secretário de Organização do partido, apresenta um informe completo das vitórias e das dificuldades, estado por estado, no processo de legalização e realização das convenções (ver matéria ao lado).

As regras da pré-convenção

E entrando já na dinâmica do encontro, Jacó Bittar, Secretário Geral, expõe o regimento interno da pré-convenção. A pauta, dividida em dois pontos — Momento Político (Eleições e Desemprego) e Regimento Interno do partido — iria se desenvolver em grupos e plenárias e, na tarde do dia seguinte, domingo, trataria-se da discussão e eleição da direção nacional.

Nos grupos e no plenário: as votações

Antes de passar à discussão do primeiro ponto, uma questão de ordem: várias delegações reivindicam a aceitação pelo plenário do seu conjunto completo de representantes (tirados em função do seu número atual de filiados, portanto posterior ao dia 9 de junho — data fixada como critério pela Comissão Nacional). Uma pequena discussão e vota-se: aprovadas as delegações completas. E bola prá frente.

Numa organização exemplar o plenário rapidamente se dispersou, do sub-solo da Assembléia Legislativa para as salas dos cinco grupos em que se subdividiram os delegados.

Na discussão do Momento Político a questão central foi a plataforma de mobilização e luta contra o desemprego na perspectiva da greve geral. Um rico debate aprofundou o tema, regis-

Especial

em primeira mão

Pré-convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores

Partido se consolida de baixo para cima

A cobertura completa do que foi a pré-convenção nacional do PT no último fim-de-semana em São Paulo. Nas quatro páginas seguintes o clima das discussões, as votações em plenário, as resoluções aprovadas, o quadro atual da legalização e a nova direção do partido eleita livremente, por mais de 200 delegados de todo o país, numa lição de democracia.

Por Maura Veiga e Flávio Andrade



Olívio Dutra, na mesa, dirigindo as votações sobre o Momento Político

trou uma larga maioria favorável à proposta lançada no 1.º de Maio em São Bernardo, e precisou várias nuances nas formas de encaminhamento da luta. Ainda dentro do mesmo item os grupos simultaneamente discutiam a postura do PT diante das eleições de 82, em particular o tema do lançamento de candidatos próprios ou coligações. E, numa correlação de forças extremamente desfavorável às posições mais à direita nesse terreno, uma resolução única à noite foi apresentada por Lula ao plenário e aclamada por unanimidade (ver resolução na pág. 8).

A “dialética” da direção e das bases

Já na questão do desemprego e da greve geral surgiram problemas. Era tarde da noite quando os relatórios de grupos começaram a ser discutidos na plenária. As diferenças apareciam de vários lados: no interior do plenário, entre o plenário e a Comissão Nacional (que, como sempre, num procedimento incorreto, não participou das discussões nos grupos) e mesmo entre os in-

tegrantes da própria Comissão. Os encaminhamentos estavam confusos e, a uma dada altura dos debates, a reunião foi suspensa e transferida para o dia seguinte. Imediatamente a Comissão Nacional se reuniu para acertar os ponteiros entre si.

No domingo pela manhã, iniciando-se pelos grupos, foi a vez do debate sobre o Regimento Interno do partido, que correu tranquilo na linha do que já, vinha sendo aprovado pelas pré-convenções estaduais. E no final da manhã, de volta ao plenário, todos se reuniram novamente para prosseguir na questão do desemprego e da greve geral.

Num lance nada democrático, a Comissão Nacional abre a reunião criticando de maneira adjetiva (“confusa, incoerente” etc) o relatório surgido dos grupos no dia anterior e apresenta uma alternativa sua: uma nova resolução para subsídio de discussão dentro do partido), escorada num extenso documento sobre o tema elaborado por dirigentes sindicais recentemente em São Bernardo do Campo.

A Comissão, em peso, joga força na questão e termina aprovando praticamente por consenso sua resolução alternativa. No entanto este texto não continha nada sobre a greve geral, a plataforma de São Bernardo, a Central Única dos Trabalhadores etc — elementos importantes no relatório dos grupos, a esta altura rejeitado. Mas curiosamente, em seguida passa-se à apresentação e votação de emendas que, ao final, terminam quase que reconstituindo o texto original dos grupos naquilo que ele tinha de essencial.

O quiprocó da Greve Geral

A questão da greve geral merece destaque. Lula encaminhou contra a emenda ao relatório da comissão — que tão somente propunha que “os petistas debatessem em seus organismos populares a oportunidade e as formas de encaminhamento da greve geral”. Argumentava que tratava-se de uma questão do movimento sindical e que o PT não deveria interferir até que o pró-

prio movimento se pronunciasse a respeito — provavelmente na CONCLAT. O jornalista de São Paulo, Perseu Abramo, encaminhou a favor insistindo que os petistas não iriam partir para a deflagração da greve à revelia do movimento sindical, mas sim encaminhar este debate no interior dos sindicatos, que é quem decidiriam. O partido tão somente precisava ter uma posição para orientar seus militantes sindicalistas. Lula, sem convencer o plenário, insistia contra, e a matéria foi a votação sendo largamente aprovada a proposta da greve geral.

No entanto, logo em seguida anunciou-se que o advogado Luis Eduardo Greenhalgh teria uma colocação a fazer sobre o tema. Luis arguiu então que em virtude do processo contra os sindicalistas no STM e da própria legalização do partido, o PT não deveria fazer constar em nenhum documento oficial que era pela greve geral, pois isto poderia trazer complicações legais aos dirigentes e ao partido dando pretexto à ditadura para seus ataques. E assim, por unanimidade resolveu-se que até segunda ordem a questão é de orientação interna dentro do partido. É por isso que a proposta não consta da resolução aprovada.

A argumentação não foi de todo convincente mas na medida em que estes processos legais tramitem e ou a CONCLAT venha a aparecer como o centro de iniciativa da proposta, o PT poderá, sem riscos, vir a assumir ofensivamente a proposta que, de fato, é integralmente sua tanto na origem como agora, formalmente aprovada em congresso.

E assim, com a votação em seguida, das demais emendas, terminou a discussão do Momento Político com o centro da proposta do PT ficando na luta contra o desemprego centrada na plataforma de mobilização nacional lançada em São Bernardo (ver resolução na pág. 8).

A consagração da democracia no partido

À tarde, enquanto a Comissão Nacional preparava a proposta de chapa para o Diretório Nacional, o plenário votava o Regimento Interno, a partir dos relatórios dos grupos que se reuniram pela manhã. Na linha das pré-convenções estaduais, aprovou-se a regulamentação dos núcleos, os Conselhos de Representantes e consagrou-se como definitiva a prática das pré-convenções (ver resolução na pág. 8).

Por fim, através de Olívio Dutra, a Comissão Nacional apresentou a chapa, anunciou os procedimentos de encaminhamento, os critérios de composição, defendeu o seu caráter unitário e, depois de alguns debates e duas emendas de nomes, votou-se a nova direção do partido (ver pág. 9).

Com este saldo político substantivo expresso nas resoluções e com a satisfação da vitória pela legalização do partido, os petistas encerraram às 10 horas da noite do domingo sua pré-convenção nacional ao som do Hino da Independência.

Legalização em 16 estados

Na reta final da papelada

Ressaltando a garra dos petistas frente à burocracia e demais dificuldades da legalização o deputado federal, Antônio Carlos, Secretário de Organização, iniciou o tão esperado Balanço da Legalização do PT. Um balanço que, pelos seus dados, lança novos elementos para a discussão ao conjunto da militância e sobretudo para a direção nacional.

O PT, como qualquer outro partido, necessita de se legalizar em pelo menos 9 estados do país. Hoje, ele já tem confirmada a sua legalização em 8 estados. Em 8 outros estados, realizaram-se já as convenções municipais em número superior ao mínimo exigido por lei, porém não se têm ainda a confirmação burocrática das atas destas Convenções Municipais pelos TREs. Há mais 5 outros estados, onde ainda não se completou o número mínimo de convenções municipais e que estão portanto em fase de complementação de filiação, ou de realização de convenções extraordinárias.

Resumindo tudo, pode-se dizer que o PT já está formalmente legalizado em 8 estados, com grandes chances de se legalizar, dentro do prazo previsto inicialmente, em mais 8, e ainda em tentativa de legalização em 5 outros estados. Como os números indicam, as possibilidades do PT se legalizar até o começo de setembro são grandes e alentadoras. Porém, não podemos ficar alheios aos problemas de ordem burocrática que poderão ocorrer e que portanto merecem ser analisados para que seus desdobramentos não acarretem atrasos para a construção e consolidação do partido.

Entre os diversos problemas encontradas pelo PT para a sua legalização, alguns merecem destaque. Pelo fato das Convenções Municipais estarem marcadas, em sua maioria, para o final do 1.º semestre e das convenções estaduais estarem marcadas para agosto, elas acabaram por coincidir com as férias dos juizes dos TREs, o que impediu ou atrasou

a confirmação judicial de muitas atas.

Há ainda a incompreensão, por parte da grande maioria dos militantes do PT, quantos detalhados requisitos exigidos pela legislação eleitoral e partidária. Isto tem acarretado em atas incompletas e que acabam por voltar às comissões provisórias municipais.

Frente a tudo isso é, sem dúvida, o quadro, vitorioso no plano político e organizativo, mas ainda impreciso nos seus aspectos judiciais e burocráticos. Assim, a direção nacional provisória do partido estaria agora, nesta semana, examinando a conveniência da manutenção (ou de um pequeno adiamento) nas datas para as convenções regionais e nacional. Pois o saldo de todo este trabalho de construção do PT não poderia ser de forma alguma atrapalhado pelas formalidades desta legislação restritiva que na prática, o Partido dos Trabalhadores já venceu na maioria dos estados do país.

Estados	Nº mínimo municípios necessários (1)	Nº de Convenções Municipais realizadas até 09/08	Pré-Convenções Estaduais (2)
São Paulo (*)	129	187	realizou
Rio de Janeiro (*)	18	36	realizou
Mato G. Sul (*)	13	14	realizou
R. G. do Sul (*)	47	57	realizou
Stª Catarina (*)	40	48	realizou
Paraná (*)	59	72	realizou
Maranhão (*)	26	35	não
Amazonas (*)	9	12	não
Acre (**)	3	7	não
Minas Gerais (**)	143	150	realizou
Goiás (**)	45	57	realizou
Paraíba (**)	35	37	realizou
Ceará (**)	29	49	realizou
Piauí (**)	23	23	realizou
Pará (**)	17	19	não
Pará (**)	17	19	não
Alagoas (***)	19	21	realizou
Rio G. do Norte (***)	31	8	não
Sergipe (***)	15	2	não
Esp. Santo (**)	11	12	realizou
Bahia (***)	68	28	realizou
Pernambuco (***)	34	30	realizou

Brasília (não conta p/ a legalização)	16 núcleos	realizou Encontro elegeu Dir. Reg
---------------------------------------	------------	-----------------------------------

(1) De acordo com a lei, 1/5 do nº de municípios do estado
 (2) Estados, onde se realizaram pré-convenções estaduais ou encontros estaduais preparatórios à convenção estadual e convenção nacional.
 (***) Estados que deram entrada no TRE das atas das convenções municipais, distritais ou zonais, cuja confirmação já foi dada e que portanto estão aptos para realizarem a convenção estadual no dia 16/08.
 (***) Estados que deram entrada no TRE de parte ou do total das atas das convenções municipais, cuja aprovação ainda tramita e que, portanto, a legalização ainda não está garantida.
 (***) Estados que não conseguiram completar os municípios necessários e cuja legalização está descartada dentro do prazo inicialmente estabelecido.

Os delegados

Estados	Delegados previstos (1)	delegados presentes
São Paulo	68	57
Maranhão	6	2
Ceará	7	5
Piauí	5	3
R. G. do Sul	15	15
Acre	2	2
Sergipe	1	1
Amazonas	4	4
Paraíba	5	5
Minas Gerais	13	13
Goiás	6	6
Esp. Santo	6	6
Stª Catarina	8	8
Pernambuco	4	4
Pará	6	6
Rio de Janeiro	34	34
Paraná	12	12
Alagoas	2	1
R. G. do Norte	2	2
Bahia	6	6
Mato Grosso do Sul	4	4
Brasília	4	4
Deputados Federais (*)	5	4

Membros da Comissão Nacional Provisória presentes - 10.
 Total Delegados presentes - 214

(*) De acordo com a legislação partidária, todo deputado federal é um delegado nato às convenções do Partido.
 (1) Os delegados foram tirados nacionalmente na proporção de 1 por cada 1.000 filiados até o dia 09 de junho de 1981.

Editorial

As conquistas de mais um congresso

A pré-convenção nacional do PT — na prática seu segundo congresso — foi mais uma vitória na marcha dos trabalhadores pela construção de sua organização política independente. De um lado, a legalização já praticamente conquistada e, de outro, as resoluções políticas aprovadas, garantem ao Partido dos Trabalhadores a entrada firme, pisando com o pé direito, na sua fase atual de consolidação como um real partido da classe trabalhadora brasileira.

As posições aprovadas, tanto na luta mais geral contra a política econômica do governo como frente às eleições de 82, confirmam o PT como um partido que prioriza a intervenção concreta

na luta de classes e que no plano político mais geral resguarda claramente sua independência política de classe. Noutro nível, nas resoluções do Regimento Interno, consagrou-se o princípio básico de organização através dos núcleos para a intervenção nas lutas e a democracia interna por meio das pré-convenções.

Estas resoluções sofreram no entanto uma certa limitação por não estarem juntadas num todo coerente — são tópias e um tanto fragmentadas — e que aprofundasse a concepção de partido que queremos, hierarquizando as tarefas centrais deste momento de sua construção. Sem isso, elas perdem algo da força na sua implementação e o partido ainda

não se lançará imediatamente com o pé direito na sua etapa de direção da luta de classes que se agudiza no país. Mas mesmo assim é inegável que o PT entrou com o pé direito na sua etapa de consolidação. Já o mesmo não se pode dizer sobre a escolha da direção, onde houve alguns problemas que ficam por resolver.

Os encaminhamentos e o próprio resultado na escolha da direção do partido este ano, é verdade, marcaram grandes avanços em relação ao ano passado. E o resultado foi claro: uma direção bem mais classista e à esquerda.

É verdade que os 92 cargos a serem preenchidos no Diretório Nacional facilitaram em muito uma boa composição (não é gratuito que o Diretório e a Comissão Executiva tiveram encaminhamentos bastante distintos).

O critério básico adotado para o Diretório — partir das indicações regionais referenciadas numa proporção ao peso do estado dentro do PT — é bastante democrático e deu, já de início, a coluna vertebral da direção. Na mesma linha, uma reunião da Comissão Nacional com os presidentes das comissões estaduais para a discussão em cima de uma "chapa-proposta" serviu para ajudar no ajuste geral das várias regionais à luz dos critérios globais de composição e representação social do Diretório. A partir daí, então, é que a Comissão Nacional fechou a chapa e a apresentou ao plenário.

Entretanto, o "conchavo" na direção, até chegar a este ponto, foi abusivamente longo no tempo, dando um chá de cadeira no plenário

É verdade que a chapa apresentada não excluía nenhuma força expressiva no partido e que mesmo alterações pedidas em seguida em plenário foram realizadas, ainda que a contragosto da direção.

Este ano, portanto, as falhas estiveram nos encaminhamentos e resultado da Comissão Executiva de 18 membros eleitos. Em nenhum momento ela foi discutida fora da Comissão Nacional. Simplesmente foi apresentada em plenário, já no final da noite, o que tornou assim praticamente impossível sua discussão substantiva.

Um critério que parece ter orientado a Comissão Nacional, em alguma medida na ponderação do Diretório mas principalmente na composição da Executiva, foi a desconfiança diante das correntes da esquerda. Daí a despolitização do debate sobre as alianças que os sindicalistas autênticos articularão, abrindo-se o espaço mais para as afinidades e confianças pessoais do que para propostas políticas explicitadas e comprometidas frente aos delegados.

Já é hora do sindicalismo autêntico deixar de lado este preconceito e entrar no debate político sobre as várias propostas de construção do partido como base para a sua política de alianças.



Ajudando a construir o PT

Jornal EM TEMPO:

À Editora Aparte S.A. • Rua Francisco Leitão, 57 • Pinheiros - SP • CEP: 05414 • Fone: 852-8880

Estou enviando o chequepor uma assinatura anual
 Comum: Cr\$ 800,00 () Exterior: US\$ 50,00 ()
 Nome:
 Endereço:Bairro:
 Cidade:Estado:CEP:

Desemprego

A bandeira central do partido

Contra o pacto social; por um Dia Nacional de Luta Contra o Desemprego; todos à CONCLAT. Vem aí um encontro nacional de petistas para definir a linha sindical do partido. Aqui, na íntegra, a resolução aprovada sobre a questão do desemprego.

1 O PT apóia efetivamente — e seus militantes farão com que este apoio se manifeste no dia a dia dos trabalhadores — as lutas dos movimentos populares contra a política recessiva do regime e sua manifestação mais sentida pelos trabalhadores: o desemprego e o subemprego no campo e na cidade.

2 Neste sentido o PT denuncia e combate as tentativas do regime de estabelecer um "pacto social" cujo verdadeiro objetivo é rebaixar os salários e desmobilizar os trabalhadores afastando-os de seus interesses e suas lutas.

3 O PT entende que a resposta dos trabalhadores à política recessiva, ao desemprego e às péssimas condições de trabalho é a mobilização e a organização com base na seguinte plataforma: a) Liberdade e autonomia sindical; 2) Estabilidade no emprego; 3) Baixa do custo de vida, inclusive congelamento dos aluguéis e prestações da casa própria; d) Reajuste trimestral; e) Semana de 40 horas com salário igual; f) Reforma agrária radical; g) Revogação da atual política econômica e da Lei de Segurança Nacional; h) Por uma Central Única dos Trabalhadores - CUT - construída democraticamente a partir das bases.

4 O PT assume hoje como sua bandeira central a luta contra o desemprego conclamando os trabalhadores da cidade e do campo a empunhá-la.

5 Efetivando esta bandeira, o PT realizará na segunda quinzena de setembro um Dia Nacional de Luta Contra o Desemprego apoiando qualquer iniciativa do movimento sindical no mesmo sentido e fazendo desta ocasião a oportunidade para divulgar amplamente as bandeiras de luta dos trabalhadores. A luta contra o desemprego tem dois aspectos prioritários: pela

estabilidade no emprego e pelo salário desemprego.

6 Visando o debate e a unificação da atuação dos militantes do PT no movimento sindical, o PT fará um encontro nacional de seus militantes que atuará no movimento sindical precedido de encontros municipais e regionais, competindo ao Diretório Nacional encaminhar sua realização.

7 Com o mesmo objetivo o PT realizará um encontro nacional de militantes trabalhadores rurais visando discutir suas formas específicas de luta contra o desemprego e traçar uma polí-

tica agrária que atenda aos interesses dos trabalhadores.

8 O PT conclama seus militantes, delegados eleitos à CONCLAT, a participarem da reunião que dirigentes sindicais combativos, não necessariamente vinculados ao partido, estão convocando para os dias 19 e 20 em São Bernardo do Campo. Estes sindicalistas, identificados com as posições que defendemos, articularão uma participação na CONCLAT que garanta a realização de um encontro democrático e que responda realmente aos anseios dos trabalhadores brasileiros.

Momento Político e eleições Candidatos próprios em todos os níveis

O PT "correrá em faixa própria preservando sua independência política". Na íntegra, a resolução aprovada.

- A ampliação da organização de base através da nucleação em massa deve ser tomada como tarefa fundamental para que nossa atuação no processo eleitoral possa significar uma efetiva organização dos trabalhadores.
- O PT luta por eleições livres e diretas em 1982 e 1984, e combate a fixação de regras que desvirtuem o caráter democrático do voto, como o voto vinculado, o voto distrital, a sublegenda, as limitações à propaganda eleitoral e a proibição de coligações.
- Nossa resposta a essas e outras medidas anti-democráticas que o regime tenta impor é a mobilização dos trabalhadores na luta por eleições livres e diretas, e não acordos de cúpula e a fusão com outros partidos.
- O PT repudia também o enquadramento de lideranças políticas na LSN como forma de torná-las inelegíveis. Nesse sentido, o PT prossegue em sua luta pela revogação da LSN e contra todos os dispositivos de inelegibilidade impostos pelo regime.
- O PT lançará em 1982 candidatos em todos os níveis, para todos os cargos legislativos e executivos, correndo em faixa própria e preservando a sua independência política.
- O lançamento de candidatos do PT, deve, porém, ser precedido de um amplo debate no Partido, sendo fundamental a elaboração de programas de governo a nível nacional, estadual e municipal. As indicações de candidatos devem ser posteriores, também, à definição de uma tática eleitoral.
- O debate que precede a indicação de candidatos pelo PT deve ser estendido aos movimentos populares, de onde o partido deve extrair subsídios para a elaboração dos programas de Governo, da tática eleitoral e para a própria escolha de candidatos.
- Em caráter indicativo, propõem-se como eixos dos programas de governo:
 - a democratização da administração pública.
 - o fim da repressão e o desmantelamento dos órgãos repressivos.
 - a posse da terra para quem nela mora e trabalha.
- O processo de discussão sobre a questão eleitoral, no PT, desembocará na realização, até janeiro, de encontros democráticos — distritais, municipais, estaduais e nacional — nos quais serão discutidos e aprovados os programas de governo, a tática eleitoral, e serão escolhidos democraticamente os candidatos do partido.

Regimento Interno

As regras do jogo, daqui para a frente, na democracia interna do PT: uma síntese das resoluções aprovadas em plenário.

Resolução n.º 1: Registro de núcleos

Os núcleos de base devem ser registrados na zonal, distrital ou municipal em cuja base territorial atuam, ou na Regional, na hipótese de inexistir a referida instância municipal.

O registro dos núcleos de base é feito mediante carta dirigida ao respectivo Diretório ou Comissão Provisória, da qual constem os nomes de seus integrantes, local, dia e hora de suas reuniões e montante de sua contribuição financeira. O registro de novos núcleos e a atualização de dados dos núcleos já existentes, se for o caso, devem ser feitos até 30 dias antes da realização das Convenções. Os núcleos de base têm, no mínimo, 21 membros.

A respectiva Regional decidirá sobre a suspensão da exigência mínima de 21 membros para os núcleos em municípios, distritos ou zonais que não tenham Diretório, desde que os núcleos apresentem justificativa. A suspensão vigora pelo prazo máximo de 6 meses, podendo ser prorrogada uma vez, a critério da mesma regional e à vista de justificativa apresentada pelo núcleo.

Os núcleos de base só serão reunidos, no mínimo, uma vez por mês e terão um Coordenador, um Secretário e um Tesoureiro, substituíveis a qualquer tempo.

Os núcleos de base só serão registrados mediante proposta de contribuição financeira regular e mensal para o respectivo Diretório, exceto na hipótese do art. 79, § 2.º do Estatuto do PT.

Nenhum filiado do PT poderá militar em mais de um núcleo, por local de moradia.

Resolução n.º 2: Núcleos por Categoria

Os núcleos de categoria ou por movimento social cujos membros não tenham o mesmo domicílio eleitoral, registrar-se-ão junto ao Diretório Regional, decidindo sobre as questões pertinentes à ação política.

Os núcleos por local de trabalho cujos membros não tenham o mesmo domicílio eleitoral registrar-se-ão junto ao Diretório Zonal, Distrital ou Municipal, decidindo sobre as questões pertinentes à ação política no local de trabalho.

Aplicam-se a estes núcleos as mesmas normas constantes da Resolução n.º 1.

Resolução n.º 3: Conselho de Representantes de Núcleos

A nível dos diretórios distritais, zonais e municipais será criado o Conselho Consultivo de Representantes de Núcleos.

Resolução n.º 4: Pré-convenções

Todas as convenções do partido serão precedidas de Encontros Preparatórios: a) Os Encontros Preparatórios de âmbito municipal serão regulamentados pelo Diretório Regional, ouvidos os diretórios municipais; b) Os Encontros Preparatórios de

âmbito regional serão regulamentados pelo Diretório Regional em reunião com representantes dos diretórios municipais decidindo sobre quorum e fórmulas para a realização dos mesmos, levando em conta para essa definição o número de filiados conjugado com o número de presentes à reunião; c) Os Encontros Preparatórios de âmbito nacional serão regulamentados pelo Diretório Nacional de acordo com os seguintes critérios:

1.º) Os delegados serão eleitos em encontros regionais na base de 1 para cada 1.000 (mil) filiados até a data do referido encontro que deverá se realizar 30 dias antes do nacional; 2.º) Somente os membros da Comissão Executiva Nacional e os delegados oficiais estaduais serão considerados membros natos destes Encontros Preparatórios de âmbito nacional; d) Nos Encontros Preparatórios Regionais e Nacional para discussão de chapas de Diretório serão também discutidas as respectivas Comissões Executivas; e) O PT realizará Encontros Preparatórios para definir seu Plano de Ação, nos termos dos arts. 14, alínea g, 48, alínea 6 e 60, alínea F, no mínimo a cada 6 meses nos municípios, distritos e zonais, e uma vez por ano nos Estados e Territórios e a nível nacional.

Quando se tratar de eleição dos Diretórios, as chapas para o Diretório e delegados à Regional ou à Nacional serão discutidas nos Encontros Preparatórios a que se refere esta Resolução.

SÃO PAULO:

- Luis Inácio da Silva (Lula) — Presidente da CDNP (*) e dirigente sindical (cassado) de São Bernardo.
 - Jacó Bittar — Secretário Geral da CDNP e presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas.
 - José Ibrahim — Membro da CDNP e ex-dirigente sindical
 - Francisco Weffort — Membro da CDNP e professor
 - Beth Mendes — Artista
 - Benedito Marcilio — Dirigente sindical (cassado) de Santo André e deputado federal
 - Paul Singer — Professor
 - Maria Cristina Dias (Tita) — Dirigente sindical bancária (cassada).
 - Djalma Bom — Dirigente sindical metalúrgico (cassado) de São Bernardo
 - Fernando Veloso — Sindicalista metalúrgico
 - Jair Meneguelli — Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo
 - José Cicotti — Dirigente sindical (cassado) de Santo André
 - Paulo Skromov — Presidente do Sindicato dos Coureiros
 - Hélio Bicudo — Jurista
 - Agenor dos Santos — Presidente do Sindicato dos Químicos de Santo André
 - Paulo Freire — Pedagogo
 - Antônio Cândido — Professor e crítico literário
 - Luiz Eduardo Greenhalgh — Advogado e Presidente do CBA-SP
 - Lélia Abramo — Presidente do Sindicato dos Artistas
 - Eduardo Suplicy — Professor e deputado estadual
- Suplente:
- Perseu Abramo — Sindicalista e jornalista

MINAS GERAIS:

- Wagner Benevides — Membro do CDNP e presidente do sindicato dos Petroleiros
 - Luis Soares — Membro da CDNP e presidente da União dos trabalhadores do Ensino
 - Daniel — Sindicalista rural de Monte Carmelo
 - Alcides — Marceneiro, ex-dirigente sindical
- Suplente:
- Paulo Delgado — Dirigente sindical dos professores
 - Helena Greco — Presidente do CBA-MG

A nova direção nacional do PT

Os 92 dirigentes nacionais do Partido dos Trabalhadores (69 efetivos e 23 suplentes) eleitos na pré-convenção e que, juntamente com o líder da bancada federal, deputado Airton Soares, formarão o Diretório Nacional do Partido.

Representando os mais variados setores das classes trabalhadoras do país eles são: 26 dirigentes sindicais (13 ligados à produção, 9 aos setores médios e 5 rurais), 24 sindicalistas (11 ligados à produção, 4 aos setores médios e 9 rurais), 30 assalariados médios, 3 profissionais liberais, 3 lideranças de movimentos populares e 9 parlamentares.

- Jorge Nahas — Médico
- Suplentes:
- Virgílio Guimarães de Paula — Economista, assessor sindical
 - Leôncio — Sindicalista, veterinário
 - Vicente — Líder de movimento de favelados
- RIO DE JANEIRO:
- Apolônio de Carvalho — Membro da CDNP
 - Joaquim Arnaldo — Membro da CDNP e sindicalista metalúrgico
 - Jorge Bittar — Presidente do Sindicato dos Engenheiros
 - Geraldo — sindicalista metalúrgico
 - Lélia Gonzalez — Líder do MNU
 - Ferreirinha — Sindicalista metalúrgico

- Cid Neiroz — Combatente das lutas populares
- José Eudes — Deputado Estadual
- Sidney Lianza — Engenheiro

- Suplentes:
- Washington Costa — Sindicalista metalúrgico
 - Romildo — Economista
 - Itamar — Presidente da Federação de Favelas
 - José Brinco — Sindicalista rural

PERNAMBUCO:

- Manoel da Conceição — Membro da CDNP e ex-sindicalista rural

- Bruno Maranhão — Jornalista
- Paulo Rubens — Professor

RIO GRANDE DO SUL:

- Olívio Dutra — Membro da CDNP e dirigente sindical (cassado) bancário
- Clovis Ilgenfritz — Presidente do Sindicato dos Arquitetos
- Gessi Prates — Presidente do Sindicato dos Gráficos
- Raul Pont — Sindicalista professores
- Roque Barbieri — Presidente do Sindicato Rural de Farroupilha

Suplentes:

- Pedro Carlete — Sindicalista da Construção civil
- Antônio Cândido — Vereador de Porto Alegre

MATO GROSSO DO SUL:

- Antônio Carlos de Oliveira — Membro da CDNP e deputado federal
- Alcides Bartolomeu — Sindicalista rural

MARANHÃO:

- Freitas Diniz — Membro da CDNP e deputado federal
- Cosmo Rodrigues — Presidente do Sindicato rural de João Lisboa

DISTRITO FEDERAL:

- Hélio Doyle — Membro da

CDNP e presidente do Sindicato dos Jornalistas

SANTA CATARINA:

- Luis Sechinel — Deputada federal
 - João Luis Bernardes — Advogado
- Suplente:
- João Fatini — Dirigente da Pastoral Operária

ALAGOAS:

- Adelmo — Presidente do Sindicato dos Radialistas

ESPÍRITO SANTO:

- Gleinei Brito — Advogado
 - Agenor Carneiro — Sindicalista da construção civil
- Suplente:
- Perli Cipriano — Dentista

RIO GRANDE DO NORTE:

- Cesário Batista — Sindicalista rural

PIAUI:

- José Pereira da Silva — Operário
- Suplente:
- Antônio José de Medeiros — Professor

GOIÁS:

- Eliezer — Presidente do Sindicato rural de Uruana
 - Fernando Safati — Jornalista
- Suplente:

- Augusto Franco — Professor

PARÁ:

- Geraldo Pastana — Presidente do Sindicato rural de Santarém
- Suplente:
- Venise Rodrigues — Sindicalista rural

RONDÔNIA:

- José Neuner — Agrônomo, assessor da CONTAG

PARANÁ:

- Vitório Soratiuki — professor
- Edésio Passos — Advogado
- Manoel Santana — Sindicalista rural

Suplente:

- Ivo Abreu — Engenheiro

PARAÍBA:

- José Alves Silva — Professor
- Suplente:
- José Marin Gurgel — Professor

AMAZONAS:

- Márcio de Souza — Escritor
 - Aloísio — Professor
- Suplente:
- Selda Costa — Socióloga

ACRE:

- Francisco Mendes — Sindicalista rural
- Suplente:
- Geovigildo Souza — Sindicalista rural

BAHIA:

- Nilson Santos — Sindicalista dos químicos
- Suplente:
- Edval Souza — professor
 - José Novaes — Sindicalista rural

SERGIPE:

- Antonio Goes — Sindicalista bancário

CEARÁ:

- Joaquim Almeida — Sindicalista do cal e gesso

Suplente:

- Francisco Moura — Vereador e presidente do sindicato dos têxteis

(*) Comissão Diretora Nacional Provisória

A Comissão Executiva

Os 18 dirigentes eleitos em plenário que, juntamente com o líder da bancada federal do Partido, formarão a Comissão Executiva Nacional do PT.

- Presidente: Luis Inácio da Silva (Lula)
 1º Vice-Presidente: Olívio Dutra
 2º Vice-Presidente: Manoel da Conceição
 3º Vice-Presidente: Apolônio de Carvalho
 Secretário Geral: Jacó Bittar
 1º Secretário: Antônio Carlos de Oliveira
 2º Secretário: Francisco Weffort
 Tesoureiro: Freitas Diniz
 1º Tesoureiro: Clovis Ilgenfritz
 Vogal: Hélio Doyle
 Vogal: Luis Soares
 Vogal: José Ibrahim
 Vogal: Wagner Benevides
 Suplente: Helena Greco
 Suplente: Joaquim Arnaldo
 Suplente: Hélio Bicudo
 Suplente: Eliezer
 Suplente: Luiz Eduardo Greenhalgh



Lula dirigindo a mesa na apresentação da chapa do Diretório Nacional domingo à noite: "demos uma lição de democracia aos demais partidos".



Eleição da Executiva do PT paulista

De novo, a prática sectária das exclusões

Na eleição recente do Diretório Regional, conseguiu-se uma composição razoavelmente unitária. Mas agora, na escolha da Executiva, novamente voltaram a imperar os procedimentos sectários de excluir da direção setores expressivos do partido.

Por Flávio Andrade

Com a presença quase completa de seus 60 membros (apenas cinco estavam ausentes) o recém eleito Diretório Regional paulista reuniu-se no último dia 2, na Assembléia Legislativa, para a escolha da Comissão Executiva que irá conduzir o partido no dia a dia do próximo ano de mandato.

Aberta a reunião, uma primeira avaliação concluiu a incorreção de não se haver eleito a Executiva na própria pré-convenção que escolhera o Diretório. No entanto, ressalta Djalma Bom, o novo presidente do PT no Estado, a contrapartida desta limitação é passarmos agora a encarar o Diretório como a instância real e representativa de direção, que simplesmente delega à Executiva a condução diária do partido. Outros dirigentes insistiram em plenário sobre este mesmo ponto, enfatizando que a Executiva deveria prestar conta permanentemente de seus trabalhos ao Diretório, inclusive encarando-se como normal a possibilidade de alteração no órgão ao longo do ano.

Dentro deste espírito o Diretório aprovou em seguida que terá reuniões ordinárias a cada dois meses e marcou já uma primeira reunião para o último fim-de-semana de agosto quando então deverá votar um plano de lutas que orientará seu trabalho. Esta reunião discutirá também a própria estrutura organizativa da direção. No entanto, criaram-se já comissões específicas, fora da concentração tradicional na Secretaria Geral: a Comissão Sindical, de Imprensa e de Contatos com a Base.

A discussão política e organizativa no Diretório foi desta forma precária. Mas a grande maioria insistiu na necessidade de mesmo assim se passar adiante da eleição na Executiva. O Diretório deliberou então que se apresentariam chapas, com a possibilidade de repetição de nomes, subscritas por pelo menos 10 presentes, considerando-se eleita aquela que alcançasse metade mais um dos votos. E, em seguida, abriu tempo para articulações.

Sem nenhuma discussão prévia em torno de nomes, posições políticas e critérios, após meia hora, de volta ao plenário, apresentaram-se duas chapas (ver box). A primeira, articulada pela atual direção e defendida por Djalma, obteve 40 votos; e a segunda, defendida por José Maria (sindicalista de Santo André e membro da Convergência Socialista) obteve 11 votos, registrando-se 4 abstenções.

A nova Executiva eleita é no fundamental uma continuidade da antiga direção do PT paulista: as correntes predominantes na articulação e na chapa são as mesmas e, novamente, num procedimento sectário e nocivo à construção do partido, deliberadamente excluiu-se da composição os setores mais classistas e à esquerda dentro do PT. Se na composição do Diretório, na pré-convenção, havia-se iniciado uma reparação ainda que limitada deste erro do ano passado, agora, na Executiva, lamentavelmente confirma-se a mesma visão estreita e excludente instaurada no PT estadual desde os tempos de Osmar Mendonça no comando da Secretaria Geral do partido.

O que é a nova direção

A nova Executiva apresenta no entanto algumas outras novidades de destaque. Em primeiro lugar, a vitória de um sindicalista de ponta de São Bernardo na presidência do partido: Djalma Bom (ainda que o custo imposto a esta aceitação, por parte de alguns articuladores, tenha sido o confinamento de outros nomes de peso na chapa derrotada). Em segundo lugar, a temerária subida do deputado estadual Sérgio Santos à destacada posição de 1º vice-presidente (o que dá uma dimensão do poder dos parlamentares na articulação da chapa e, particularmente, daquelas correntes que sustentam posições mais à direita dentro do partido, por exemplo, na questão do lançamento de candidato próprio ou apoio a coligações). Em terceiro lugar, a inesperada ascensão a posições de destaque de setores ligados à Igreja, expressas através do ex-deputado Plínio Sampaio agora na Tesouraria do partido. E, por fim, a firme imposição dos sindicalistas ao rebaixamento de Luiz Antônio (do jornal *Companheiro*), da posição de 1º Secretário ao lugar secundário de vogal, sob argumento de que não se deveria ter na Secretaria da Organização uma pessoa que defende um caráter frentista para o PT.

Se há alguns ganhos nestas características novas, no entanto, o fundamental é a permanência da estreiteza e do sectarismo, do método das exclusões, da recusa a direções unitárias. Esta prática, marcando o partido no estado desde o ano passado, foi em grande parte responsável pelas dificuldades que o PT vem enfrentando para a sua construção.

E foi exatamente sobre isto que pretendeu chamar a atenção a outra chapa apesar das falhas que continha. A presença de Gilson Menezes, Nelson Campanholo (dirigentes sindicais condenados pelas greves de São Bernardo), Paulo Skromov, Luis Gushiken e José Maria na chapa derrotada teve um sentido muito claro, por sobre sua composição (também estreita), seu encaminhamento distorcido pela defesa através de José Maria (da Convergência Socialista) e os poucos votos que obteve. Defendia-se uma Executiva com pelo menos metade de sindicalistas, e pretendia-se a inclusão de setores classistas na direção cotidiana do partido (setores acima que na pré-convenção representavam metade do PT, à luz de várias votações puxadas por eles e que dividiram o plenário).

A exclusão portanto destes setores da condução do dia-a-dia do partido não é uma questão menor e suas conseqüências sobre a construção do PT no estado são palpáveis.

Por fim fica uma questão para a próxima reunião do Diretório. Se, como alegaram em declarações de voto alguns componentes da chapa vitoriosa, a dificuldade era de se encontrar uma composição possível no interior dos 11 cargos, e não uma postura sectária, porque não ampliar as suplências como a lei possibilita (pode-se chegar a oito suplentes) de forma a compor uma chapa mais unitária? Se estas declarações foram sinceras é tempo ainda de reparar o erro, na medida em que o Diretório pode a qualquer momento voltar a recompor sua Executiva.

As duas chapas apresentadas

A chapa eleita com 40 votos

Presidente: Djalma Bom (sindicalista metalúrgico)
1º Vice: Sérgio Santos (deputado estadual)
2º Vice: Alípio Freire (jornalista)
Sec. Geral: Irma Passoni (deputada estadual)
1º Sec.: Devanir Ribeiro (sindicalista metalúrgico)
Tesoureiro: Plínio Sampaio (professor)
Vogal: Luiz Antônio Carvalho (professor)
Vogal: Mirjam Schel (vereadora)
Suplente: José Dirceu (professor)
Suplente: Pedro Pereira (metalúrgico)
Suplente: David de Moraes (sindicalista jornalista)

A chapa derrotada com 11 votos

Presidente: Djalma Bom (sindicalista metalúrgico)
1º Vice: Irma Passoni (deputada estadual)
2º Vice: Gilson Menezes (sindicalista metalúrgico)
Sec. Geral: Plínio Sampaio (professor)
1º Sec.: Luiz Antônio Carvalho (professor)
Tesoureiro: Nelson Campanholo (sindicalista metalúrgico)
Vogal: Paulo Skromov (sindicalista coureiro)
Vogal: José Maria (metalúrgico)
Suplente: José Meritor (advogado)
Suplente: Alípio Freire (jornalista)
Suplente: Luis Gushiken (sindicalista bancário)

Espírito Santo Agora no rumo certo

Da Sucursal

A pré-convenção estadual do PT capixaba, realizada no dia 26 de julho, foi um avanço na construção do partido, a partir do momento que significou o fim de uma direção regional que se mostrou incapaz de dirigir a construção do PT.

Esta antiga direção, que em dezembro do ano passado, lançou mão de artimanhas pouco convencionais para se firmar, tentou novamente dar o bote. Porém, suas pretensões foram

barradas pelos sindicalistas e por outros setores dentro do partido. Alguns nomes seus chegaram a ser propostos com alegações que em nada correspondem aos critérios pré-estabelecidos. Até mesmo um "candidato" a prefeito de uma cidade foi apresentado — usando este argumento para justificar a entrada na direção regional — quando o conjunto do partido ainda não iniciou nem mesmo discussão de uma proposta de programa.

No final foi eleita uma chapa, que sem hegemonias artificiais e espelhando a real correlação de forças, tem todas as condições de estruturar o partido para as tarefas que estão colocadas.

Já no que diz respeito à discussão política, a própria inexistência de uma real direção política — a antiga regional — não permitiu que houvesse uma preparação anterior dos delegados. Não enviando a pauta com antecedência suficiente para uma boa preparação, fez com que muitos delegados tomassem conhecimento dos pontos polêmicos na própria pré-convenção. Em um documento distribuído pela direção regional, no início dos debates, duas propostas divergentes serviram para abrir a discussão em cima dos dois pontos de pauta: Greve Geral e Eleições de 82.

De um lado os apoiadores do *Jornal Companheiro*, que defendiam a priorização do tema Eleições de 82 na intervenção política do PT, alegando para isso que, como os outros partidos já saíram para a disputa, o PT deveria enveredar pelo mesmo caminho, sob o risco de deixar o campo para eles. Do outro lado, um bloco de militantes que defendiam como prioridade de intervenção política, a organização e consolidação do PT enquanto partido.

Apesar de não serem levadas ao Plenário, pelo adiantado da hora, ficou claro o apoio da maioria dos delegados às propostas que priorizavam a consolidação política do PT, enquanto partido, rejeitando as visões eleitoralistas. Também em relação à Greve Geral, o mesmo aconteceu. Apesar de não discutida e votada, foi apoiada pela maioria dos delegados.

Mais de 500 entidades decidem Greve nas faculdades particulares

Mais de 300 mil estudantes universitários abandonarão os estudos se for implementado o aumento de 50,9% nas anuidades das Universidades particulares. A previsão é de que os aumentos cheguem a 200% em 1982.

Por Luci Ayala

A média de aumentos de anuidades das escolas particulares em 1980 foi de 162% e a projeção feita pela CPI do Ensino Pago, instalada na Câmara Federal, é que o aumento chegará a 200% em 82. Ao lado disso a reunião do Conselho Federal de Educação no mês de julho, em Brasília, assumiu oficialmente a discussão sobre a implantação do ensino pago nas Universidades Públicas.

Com esse quadro reuniu-se em Campinas o 2º conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB), órgão da UNE, para definir as formas de luta dos estudantes para enfrentar a política educacional do MEC e os aumentos desmesurados nas

anuidades. A resposta mais urgente, sem dúvida era fazer frente à situação das escolas particulares que representam cerca de 75% das instituições de ensino superior. Caso seja efetuado o aumento de 50,9 previsto para esse semestre, mais de 300 mil estudantes não poderão continuar os estudos, o que representa cerca de 20% dos estudantes universitários.

Apesar da situação ser explosiva, os estudantes encontram hoje sérias limitações para darem respostas ofensivas aos seus problemas. A principal delas é o próprio desgaste da direção da UNE junto às bases estudantis, resultado de uma gestão antidemocrática, com greves e

mobilizações decretadas de cima para baixo e não encaminhadas por ninguém.

Com a participação de 530 das 800 entidades de base filiadas à UNE, o centro do encontro foram as avaliações do desempenho e a proposta de greve geral encaminhada pela diretoria da entidade.

Sem encontrar apoio do plenário, a diretoria da UNE teve que recuar de suas propostas apoiando os encaminhamentos apresentados pela UEE de Minas Gerais, que privilegiava como centro das lutas o combate ao aumento das anuidades das Universidades pagas. Foi aprovada a proposta indicativa de greve imediata nas escolas particulares e o aprofundamento

do debate sobre o projeto de Fundação e implantação do ensino pago nas Universidades Públicas. Além disso consta da pauta de reivindicações aprovada a luta pela participação de 1/5 nos órgãos colegiados, eleição direta para todos os cargos da hierarquia universitária, suplementação de verbas para as escolas públicas e subsídio para as particulares, bem como o reconhecimento oficial da UNE e UEEs.

Essas atividades serão centralizadas por um conselho de UEEs, convocado para dia 23 de agosto, que poderá ainda convocar um CONEG, (Conselho Nacional de Entidades Gerais), para o mês de setembro.

Professores Rio e São Paulo Oposições a caminho do sindicato

A democratização da entidade é a grande bandeira das chapas de oposição aos sindicatos dos professores para as eleições que vão se realizar no Rio e em São Paulo.

A oposição Sindical dos professores do Rio de Janeiro surgiu das divergências acumuladas com a atual diretoria desde a greve de 1979. Defendendo um programa de democratizar a vida do Sindicato, a oposição pretende retomar as formas de organização criadas pelo próprio movimento.

"Na greve de 1979, construímos as dez zonas do 1º e 2º graus e a Comissão do Ensino Superior", dizem membros da chapa de oposição. "Nas zonais e na CES deu-se a participação mais organizada dos professores. Toda a greve foi discutida e sustentada basicamente aí. Mas não é essa a visão da diretoria, que interviu com vigor para que elas se desorganizassem, concentrando todo o poder de decisão da entidade. Essa foi a única experiência real de organização de base que o 1º e 2º graus já viveram e ela não pode ser desrespeitada."

O elemento definitivo que levou à formação da chapa Democracia Sindical, que disputará as eleições de 10 a 12 de agosto, foi a forma de encaminhamento do processo eleitoral.

"A diretoria não tomou a iniciativa de convocar a categoria para um balanço da gestão e nem se propôs a discutir abertamente com os professores a eleição de uma nova diretoria. Em vista disso, através de uma carta aberta nas escolas e universidades apoiada por 250 colegas, convo-

camos uma reunião ampla para debater o processo eleitoral, com todos os professores interessados em construir uma chapa democrática, de unidade, onde as divergências fossem discutidas de forma clara, sem subterfúgios. Mas a diretoria não compareceu, mesmo porque já tinha formado uma chapa em reuniões fechadas, de gabinete."

Com uma base de cerca de trinta mil professores e apenas cinco mil sindicalizados com condições de votar, o sindicato do Rio tem como chapa situacionista Unidade e Renovação, que em 1978 venceu os pelegos com o amplo apoio dos professores que hoje compõem a Chapa 2.

Professores de S. Paulo

A bandeira de democratização do Sindicato também está presente nas eleições do Sindicato dos Professores de S. Paulo. A Chapa 2, de oposição, que concorrerá às eleições nos dias 21 a 23 de setembro propõe a formação de Comissões de Trabalho no interior do Sindicato, eleição de delegados sindicais por escola e a criação de sub-sedes e delegacias sindicais, abrindo canais para a participação do professorado na sua entidade.

A oposição pretende também lutar pela valorização do professor, isto é, melhores salários, estabilidade no emprego e condições dignas de trabalho.

Secundaristas do RGS

Bomba contra estudantes

A invasão da sala de apurações e destruição das cédulas de votação por um bando armado foi o método utilizado pelo PDS para impedir sua derrota nas eleições da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas.

O movimento estudantil secundarista, pela sua amplitude e combatividade já faz parte da história dos movimentos populares no Brasil, assumindo papel destacado nas lutas de resistência à ditadura militar. O protesto pela morte do estudante secundarista Edson Luiz no Rio de Janeiro em 1968, deflagrou a maior manifestação de massas contra a ditadura: uma passeata de 100 mil pessoas.

Depois desse episódio as entidades estudantis — União Nacional de Universitários e secundaristas e União estudantis — foram fechadas, desarticulando por anos o movimento estudantil.

No Rio Grande do Sul a tática da ditadura foi um pouco diferente: ao invés de fechar a UGES (União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas), o governo preferiu prender sua diretoria e instalar uma intervenção, preservando o aparelho para articular uma tendência direitista no interior do movimento e lançar candidaturas para os cargos de deputados, vereadores etc.

A entidade continuou a promover seus Congressos anuais, só que reunia centenas de estudantes para ouvir algum general explicar os perigos da subversão no país. O debate no interior da UGES ficou restrito à briga de fações pelo controle do aparelho, onde circulam anualmente mais de 5 milhões de cruzeiros, arrecadados na confecção de carteirinhas estudantis.

Mas a recuperação do movimento estudantil que se expressa na reconstrução da UNE e UEEs e de forma mais lenta no movimento dos secundaristas, já começa a ameaçar o reinado do PDS na UGES. Apesar das lutas serem dispersas e das tendências de oposição terem expressão muito localizada, o PDS além de mobilizar seu aparelho teve que usar métodos fascitoides para garantir o controle da entidade no Congresso anual realizado no final de julho.

Com a participação de 1500 estudantes dos quais 692 delegados de grêmios estudantis representando 42 municípios, o Congresso teve como ponto alto a eleição da nova diretoria da entidade. O PDS-jovem lançou a chapa Mutação e a oposição, sem conseguir uma unidade, dividiu-se em três chapas: Base, Frente Democrática e Combate.

Conscientes de que o grande número de delegados do PDS no plenário — só o prefeito do município de Cachoeira fretou três ônibus — garantiria tranquilamente a vitória de Mutação, as chapas Frente Democrática e Combate retiraram suas candidaturas apoiando a chapa Base.

Diante da possibilidade de perder as eleições, o PDS mudou de tática, abandonando o discurso liberal e apelando para os métodos que durante anos utilizou contra o movimento popular: várias bombas foram jogadas no plenário para intimidar a oposição. Na hora da contagem de votos três indivíduos armados invadiram a sala das apurações rasgando os votos e as atas das eleições, ao mesmo tempo que membros da chapa Mutação, armados de paus e pedras, tentavam agredir os integrantes da oposição. Com isso o Congresso foi encerrado sem a eleição de uma nova diretoria, criando-se um impasse que só poderá ser resolvido com um novo Congresso.

A sub-editoria de Movimento Estudantil Secundarista, formada na sucursal de Porto Alegre convida todos os estudantes interessados a escreverem para Av. Osvaldo Aranha 1407/20

FRANCISCO SALLES



A chapa de oposição ao Sindicato dos Professores do Rio

CONCLAT: é hora de uma reposta operária à ofensiva dos patrões

Nos dias 21, 22 e 23 de agosto será realizada a CONCLAT, Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras. Vários estados já promoveram seus ENCLATs, Encontros preparatórios à reunião nacional e uma das discussões mais importantes tem sido a preparação da greve geral. Aqui, um balanço dos principais ENCLATs.

S. Paulo não deu exemplo



Rosa Graeffmann

Um ENCLAT confuso, com pouca participação de delegados de base, com um plenário politicamente anti-reformista.

A própria discussão sobre a questão polêmica da greve geral deixou muito a desejar e desembocou numa votação que poucos reflexos terá.

Se depender dos resultados do ENCLAT de São Paulo, a CONCLAT não promete grande coisa. Afinal de contas, o número de entidades presentes não era significativo (ver quadro). Além disso, para a tirada de delegados, pelo menos grandes sindicatos como o dos metalúrgicos de São Paulo, Guarulhos, Osasco e Santos não fizeram assembleia. O de São Bernardo não estava presente. Os sindicatos que compareceram com uma grande delegação (e em muitos casos representativas) foram os dos vidreiros, bancários, condutores de veículos, marceneiros, papel e papelão.

O primeiro dia do encontro foi tomado pela divisão do plenário em comissões, de acordo com a pauta da CONCLAT. Mas as grandes polêmicas estavam reservadas para a plenária de domin-

go. Após um relato morno sobre a questão da previdência social, mais de 60 oradores se inscreveram para discutir a questão mais fervente: greve geral.

Em resumo, apresentaram-se duas propostas. A primeira, aprovada na comissão de Direito do Trabalho, visava iniciar nas categorias a discussão da greve geral, elaborando uma plataforma comum a ser encaminhada aos patrões e ao governo. A segunda proposta visava elaborar uma plataforma comum, entregá-la ao governo e, caso ele não a aceite, iniciar então a discussão preparatória da greve geral. Na votação — aliás meramente simbólica, porque o ENCLAT não tem qualquer poder deliberativo — ganhou a primeira proposta (242 x 173 votos).

Percebe-se que essa questão — a da greve geral — tenderá a polarizar as discussões da CONCLAT. Uma outra questão polêmica — que inclusive acabou em pancadaria generalizada — foi a das delegações. Um metalúrgico da oposição de SP pediu a palavra para denunciar o fato de que a diretoria do seu sindicato não tinha encaminhado nenhuma assembleia para retirar delegados. Suas denúncias foram respondidas por agressões do estudante Paulo Massoca, um dos líderes da UNE. A partir desse incidente, se desenrolou meia hora de pancadaria.

O ENCLAT paulista terminou assim melancolicamente: cansativo, pouco produtivo, pouco representativo e sem grande significado político.

Delegações do ENCLAT/SP

Número de entidades: 79
número de sindicatos: 49 (26 da indústria, alguns do setor de serviços e poucos rurais)
Associações profissionais: 26
Federações: 4
número de delegados inscritos: 684
número de delegados presentes: 566

Salvador: pouca gente e poucas decisões

Cerca de 200 pessoas, vinculadas a 10 entidades, realizaram o ENCLAT/Salvador. Com grande participação de entidades ligadas aos setores assalariados médios, o encontro foi polarizado pela discussão da Constituinte, colocada como eixo de todas as outras questões.

R. G. Sul: um ENCLAT expressivo

No Rio Grande do Sul (ver ET n.º 131) o I ENCLAT já fora realizado em junho, com 603 delegados, representando 28 sindicatos rurais, 110 urbanos, 18 associações pré-sindicais, 16 federações e 2 confederações.

Pará aprova a greve geral

Nos últimos dias 17, 18 e 19 de julho, 104 trabalhadores do campo e da cidade se reuniram no Pará, realizando assim o seu ENCLAT regional.

O ENCLAT do Pará, ao contrário do de outros estados, foi aberto à participação de todos os trabalhadores que deles quisessem participar. E isto porque lá boa parte das entidades sindicais não aderiram à proposta do Encontro. Mesmo assim, o ENCLAT/Pará não deixou de ser representativo. Contou com a participação de 21 categorias, de 7 entidades sindicais de trabalhadores rurais, de um sindicato de pescadores e mais 10 entidades sindicais de trabalhadores urbanos.

O temário do Encontro contou de 6 tópicos básicos: Direito ao Trabalho, Sindicalismo, Previdência Social, Política Salarial e Econômica, Reforma Agrária e Problemas Nacionais. Todos os temas foram alvo de muitas propostas, porém como o Encontro não tinha caráter deliberativo,

decidiu-se que os representantes do Encontro não ficariam necessariamente comprometidos com as propostas, mesmo com aquelas que fossem majoritárias.

Um dos elementos mais significativos do ENCLAT/Pará é que, em todas as discussões, prevaleceu a preocupação de se tirar resoluções que permitam a mobilização nacional dos trabalhadores urbanos e rurais. Foi com esta perspectiva, por exemplo, que se discutiu a construção da Central Única e a Política Salarial e Econômica.

Reforma agrária

Os trabalhadores paraenses entendem que ainda nessa CONCLAT não é o momento de se fundar a CUT, porém que nela deverá-se tirar uma Coordenação Pró-CUT, que deverá trilhar o caminho da ação unificada dos trabalhadores em torno a três campanhas básicas: contra o desemprego, pela estabilidade no emprego e pela defesa da jornada de tra-

balho de 40 horas semanais. Estas campanhas estarão entrelaçadas com mais três propostas de mobilização nacional dos trabalhadores contra a Política Salarial e Econômica do Governo. E sobre isto o ENCLAT/Pará foi claro: uma passeata dos desempregados, uma manifestação contra o custo de vida e a preparação de uma greve geral, caso o governo não atenda às reivindicações da CONCLAT e que deverá servir de referendo à construção de uma CUT de massas e de luta.

A reforma agrária foi outro tema muito debatido pelos trabalhadores do Pará. E a síntese dessa discussão é uma verdadeira manifestação da unidade entre os trabalhadores rurais e urbanos. Todos foram favoráveis a uma reforma agrária ampla, extensiva a todas regiões do país e sob o controle dos trabalhadores. E mais, ela deverá vir acompanhada de uma plena assistência à produção e voltada para a fixação do homem na terra.

Preparar a greve geral

O Sindicato dos Bancários de S. Paulo apresentou para discussão na CONCLAT uma tese que é o resultado do intenso debate no interior da entidade. Reproduzimos aqui excertos dessa tese que é representativa do sindicalismo combativo.

A tarefa central e de máxima importância para a CONCLAT aprovar um PLANO DE LUTAS a ser encaminhado nacionalmente pelos sindicatos, cujo centro seja a preparação dos trabalhadores para a greve geral, unificando as lutas, rompendo o corporativismo e o isolamento das greves.

E neste momento, mais do que nunca, é sentida a necessidade da CUT — Central Única dos Trabalhadores, democrática, autônoma e independente, que historicamente é fruto de grandes mobilizações do conjunto da classe trabalhadora.

Hoje a CONCLAT não reúne as condições necessárias para fundar a CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES ou deflagrar a GREVE GERAL, mas reúne as condições necessárias para prepará-la, dando passos importantes no sentido da construção da CUT, que se traduz na aprovação do PLANO DE LUTAS em direção à greve geral, e em formas organizativas que garantam o seu encaminhamento. Nesse sentido deverá sair da CONCLAT uma COORDENAÇÃO INTERSINDICAL NACIONAL e COORDENAÇÕES INTERSINDICAIS ESTADUAIS.

Plano de lutas

A tese propõe um plano de lutas que estabeleça as reivindicações prioritárias; as formas de mobilização e de organização; marque as negociações com o governo e os patrões e a data da GREVE GERAL, caso as reivindicações não sejam atendidas.

A - Reivindicações Prioritárias

Pelo direito ao trabalho, contra o desemprego; salário-mínimo real unificado; melhores condições de vida à população; liberdade e autonomia sindical e a luta pela liberdade de organização e manifestação para a classe tra-

balhadora; o fim da Lei de Segurança Nacional e o desmantelamento do aparato repressivo; eleições livres e diretas em todos os níveis.

B - Formas de Mobilização:

Estas reivindicações deverão ser entregues ao governo e aos patrões até 1º de outubro e uma ampla mobilização deve ser desencadeada através de assembleias para discussão e aprovação das reivindicações e da greve geral; assembleias unitárias; atos públicos, caminhadas e concentrações; dias nacionais de lutas e uma campanha nacional contra o desemprego (...).

Na luta contra o desemprego é fundamental a unificação do movimento sindical com os movimentos populares. Devemos constituir nacionalmente Comitês de Luta Contra o Desemprego, visando organizar os trabalhadores empregados e principalmente os desempregados (...).

A mobilização em solidariedade às campanhas salariais, principalmente nos casos de greve, é fundamental (...). Nesse sentido as COORDENAÇÕES INTERSINDICAIS deverão chamar a mobilização em todos os sindicatos, através da realização de assembleias e de Comitês de Solidariedade que assegurem ao apoio material e político aos trabalhadores em greve.

C - Negociações e prazo para o Governo:

As negociações com o Governo e com os patrões ficarão sob a responsabilidade da Coordenação Intersindical Nacional.

As reivindicações prioritárias aprovadas na CONCLAT deverão ser entregues, até o dia 1º de outubro de 1981, ao Governo e às Confederações e Federações Patronais.

O prazo para o atendimento das reivindicações dos trabalhadores ou a data de referência para a GREVE GERAL caso elas não sejam atendidas, deverá ser marcado nesta CONCLAT.

Vitória se prepara

Aproximadamente 200 delegados, representando mais de 20 categorias profissionais, participaram do 1º ENCLAT do Espírito Santo, realizado nos dias 1º e 2 de agosto.

Os pontos mais polêmicos do encontro estiveram concentrados nos temas "sindicalismo" e "política salarial e econômica". No primeiro tema, aprovou-se a moção que reivindica o fim do Imposto Sindical. A proposta mais curiosa foi apresentada pelo Sindicato dos Metalúrgicos (que aliás não convocou uma única assembleia da categoria, realizada em fim pela oposição): os pelegos defendiam a sindicalização "dentro das empresas, feita pela própria empresa".

Quanto à política salarial e econômica, a polêmica girou em cima da questão do salário-desemprego, que o combativo Sindicato da Construção Civil

criticava, colocando em seu lugar a luta pela garantia da estabilidade no emprego. Ainda nesse item, a discussão sobre a greve geral terminou com a aprovação de um dia nacional de luta contra o desemprego, como um passo fundamental na preparação da greve geral. Esta greve deveria ser discutida na CONCLAT. As duas propostas foram aprovadas por consenso.

Foi muito frágil a discussão da política agrária, já no final do encontro esvaziado. Foi aprovada ainda a discussão da Assembleia Constituinte no conjunto das categorias e na CONCLAT.

(da Sucursal)

A CONCLAT e o futuro do movimento sindical

Mesmo com uma preparação precária, as decisões da CONCLAT influenciarão os rumos do sindicalismo brasileiro por um bom período. E é interessante a força crescente da proposta da greve geral.

As recentes medidas governamentais que alteraram a data do PIS, as modificações na Previdência Social e os comentários da FIESP sobre alterações na política salarial já indicam o que os patrões preparam para os trabalhadores: utilizar de todos os meios para repassar à classe operária o pagamento da crise.

Um momento importante para articular uma resposta operária a esta situação poderá ser a CONCLAT. No entanto, sua preparação deixa muito a desejar. Na maioria dos ENCLATs realizados, os sindicatos participaram sem nenhuma discussão prévia nas suas bases. A divulgação e discussão da CONCLAT foi algo restrito a um pequeno círculo. Mesmo em São Paulo, diversos sindicatos membros da executiva estadual sequer convocaram assembleias e nem chegaram a enviar ao ENCLAT uma delegação representativa.

Fora isso, há que se notar o caráter pouco prático que os organizadores dos ENCLATs procuram dar a estes encontros: muitos temas, muita falação e nenhuma objetividade. Mais do que isso, não deixa de ser curiosa a importância dada à chamada questão nacional, polarizada pela discussão da Constituinte. Desse modo, combinam-se a elaboração de um extenso elenco de reivindicações com um apelo vago pela democracia e a convocação de uma constituinte num horizonte longo. O que não se toca é o método de unificação destas duas lutas, nem no meio de conseguí-las.

Apesar de tudo, não deixa de ser muito significativo o fato de que a proposta de greve geral tenha sido aprovada em diversos ENCLATs, mesmo sendo apresentada vagamente.

Com certeza, a força demonstrada pelo sindicalismo classista de São Bernardo e a crescente simpatia pela proposta de greve geral, devem ter feito com que muitos organizadores da CONCLAT já tenham um certo re-

ceio. O sindicalismo conservador e pelego, ao que tudo indica, preferirá uma CONCLAT fraca e esvaziada a uma CONCLAT que arrebatasse das suas mãos a iniciativa na articulação do movimento sindical.

Mesmo assim, questões importantes serão decididas e influenciarão por um bom tempo o curso do movimento sindical.

A força da greve geral

Esta situação recoloca para os setores combativos do movimento sindical duas questões fundamentais. A primeira delas é exigir em todas as bases sindicais a convocação de assembleias. Só assim poderá opor à burocracia sindical uma bancada combativa que faça frente às suas manobras. A segunda é a crescente importância adquirida pela proposta de greve geral. Apesar de todas as tentativas dos reformistas de ridicularizá-la, apesar do seu sentido ainda vago, a idéia ganha crescente número de adeptos. A ofensiva patronal cria uma base comum de luta entre todas as categorias, base que nenhum dirigente sindical honesto poderá deixar de reconhecer. A articulação de uma resposta operária unificada a esta ofensiva é algo que salta aos olhos de todos os trabalhadores. O que resta a discutir, agora, é a plataforma unificada, os prazos de sua elaboração e os momentos de discussão e decisão, sobre a greve geral.

Esta, entendida como elaboração de uma plataforma comum pelos sindicatos a ser apresentada aos patrões e ao governo, como unificação de campanhas salariais que aconteçam num período único, como um instrumento que dinamiza e democratiza a vida sindical, revela ser o único instrumento capaz de construir a unidade nacional do movimento operário.

E os trabalhadores sabem que uma central única, ao nascer, deve ter raízes profundas nos combates das bases sindicais e ser livre e independente do Estado.

(ENCLAT/MG)

Refazendo a unidade

Com a participação de mais de 100 entidades, o encontro mineiro foi um passo importante na reconstituição da unidade do sindicalismo no estado.

Da Sucursal

Foi sem dúvida o encontro sindical mais representativo dos últimos anos em Minas. O ENCLAT mineiro contou com a participação de 420 delegados de 113 entidades, quase 40% dos quais do campo. Assim, apesar da reduzida participação das bases, havendo inclusive casos de "sobra" de vagas para delegados em alguns sindicatos, o que se conseguiu foi um grande avanço para o sindicalismo mineiro.

Os delegados foram divididos por tema no primeiro dia e todo o dia seguinte foi ocupado pela plenária final que tomou decisões a partir das discussões dos grupos. Já nas discussões acaloradas dos grupos se formaram dois grandes campos, com os inevitáveis agapistas polarizando com os delegados alinhados ao PT e ao sindicalismo autêntico. O resultado acabou sendo um grande equilíbrio de forças que se manifestou nas principais con-

clusões do ENCLAT.

Uma primeira decisão importante tomada foi a rejeição do pluralismo sindical. E, apesar do esforço de alguns em esvaziar as críticas à chamada "Unidade Sindical", articulação tendenciosa que procura se apresentar como órgão unitário, prevaleceu a tese de que para esta se transformar em uma verdadeira intersindical tem que ser democratizada. Uma reunião para a primeira quinzena de setembro foi, então, desde já marcada para redefinir o regimento interno e uma nova comissão coordenadora para a Unidade Sindical.

Com relação à criação da Central Única dos Trabalhadores,

outro avanço foi obtido. Apesar de ter vencido a proposta da CONCLAT já marcar uma data para o congresso de sua fundação, foi consagrada a idéia de que a central única deverá ser construída vinculada às bases e a partir das lutas que devem ser aprovadas pela CONCLAT.

Terminada a discussão sobre sindicalismo, estava previsto o debate sobre a política econômica e salarial, em particular da questão do desemprego. Neste momento, os agapistas intervieram no sentido de inverter a pauta, privilegiando a discussão de problema nacionais, isto é, da Constituinte. O objetivo parecia

ser o de aprovar uma lista de bandeiras de lutas coroadas pela Constituinte como se ela pudesse ser um remédio para todos os males. Por escassa margem de votos, conseguiram a inversão da pauta e depois a aprovação da bandeira.

De efeitos mais concreto, foi a aprovação de uma campanha nacional contra o desemprego, apresentada por um grupo de discussão, que prevê a realização de passeatas, a unificação nacional de um dia de luta e discussão na bases da greve geral. Por último, foi aprovada uma plataforma de lutas para o campo espelhada no programa da Confederação dos Trabalhadores Agrícolas de Minas.

O maior desafio é o desemprego

A seguir, Antonio Moreira, presidente do Sindicato das Telecomunicações de Minas e membro da comissão organizadora da CONCLAT, avalia o significado deste encontro.

Seria fundamental aqui em Minas uma intersindical de fato democrática e que possibilitasse realmente o encaminhamento das lutas definidas na CONCLAT. Nesse ponto, que avanço você viu nas decisões tomadas no encontro?

Antonio - Houve, em primeiro lugar, um esclarecimento importante sobre a questão da unidade sindical em oposição ao pluralismo. Pluralidade sindical são vários sindicatos diferentes numa mesma categoria e numa mesma base territorial, o que acho extremamente danoso e o próprio encontro rejeitou por unanimidade. Fomos ainda mais longe aprovando a proposta de sindicato único por ramo de produção. Agora, outra coisa é a discussão sobre "Unidade Sindical", que é o nome de uma articulação sindical que está havendo por aí. São duas coisas bem diferentes, embora certos setores procurem colocar como se fossem a mesma coisa.

Com a realização do ENCLAT, a viabilidade da unificação do movimento sindical mineiro ficou maior, tendendo mesmo a haver uma maior democratização das articulações. O ENCLAT foi representativo e a comissão provisória da Unidade Sindical ficou sendo a mesma que organizou este encontro. Não é definitiva mas pode garantir uma boa discussão com vistas à reestruturação da Unidade Sindical. Agora, tudo isso vai depender muito do resultado final da CONCLAT.

E isso vai depender bastante da atuação dos setores mais combativos do movimento sindical. Como você avalia a discussão hoje entre estes setores?

Antonio - Eu fico meio preocupado com essa classificação



Quase 40% dos delegados eram trabalhadores rurais

"combativo", que foi um nome surgido em 77 para caracterizar o sindicalismo, por exemplo, do ABC, um sindicalismo diferente do restante que era, com honrosas exceções, bastante acomodado. Hoje ficar intitulando um setor de combativo e outro de não combativo é questionável. O movimento sindical avançou muito, as posições se explicitaram mais claramente e a coisa ficou mais complicada. Mas hoje ainda faltam propostas mais cla-

ras para o movimento sindical tanto em relação aos seus rumos quanto à sua democratização. Por isto é que a maioria das lideranças estão se reunindo, e está havendo um certo esforço das várias correntes para tentar afinar as propostas.

Ainda em relação à reorganização do movimento sindical, o objetivo principal seria a construção de uma central única vinculada às bases e capaz de enca-

minhar um plano de lutas. Qual a avaliação que você tem sobre as decisões tomadas sobre isso no ENCLAT mineiro?

Antonio - Foi importante ter sido consensual a idéia de que a central única não deve ser criada na CONCLAT, pois não há acúmulo de forças suficientes para isso. Foi consensual também a proposta de que na CONCLAT deve ser eleita uma comissão executiva nacional encarre-

gada de preparar um congresso com representação das bases e direções sindicais para eleger a Central Única dos Trabalhadores. Pela proposta aprovada, esta comissão nacional não teria o papel apenas de preparar o congresso mas principalmente o de encaminhar um programa nacional de lutas definido na CONCLAT. Apenas acho incorreta a decisão tomada no nosso ENCLAT, por escassa margem de votos, que a CONCLAT deveria marcar a data de criação da CUT pois ela vai depender do estágio de luta dos trabalhadores, do seu nível de mobilização.

Um grande saldo deste ENCLAT foi o fato dele ter conseguido chegar ao final de forma unitária. Como você pensa a construção da unidade no movimento sindical, em meio à tensão que hoje predomina com o choque das diversas correntes?

Antonio - Eu não enxergo a unidade sindical como uma camisa de força em que você seja impedido de dizer o que pensa. O que importa realmente é a unidade na ação. A minha grande esperança é que a CONCLAT não seja mais um encontro de trabalhadores no qual se tire um documento com muitas bandeiras de lutas e nenhum plano de ação. O trabalhador está precisando hoje mais do que nunca de encontrar formas de luta contra o desemprego. Na greve da Fiat, por exemplo, é inegável que faltou apoio. No ABC, 140 mil trabalhadores resistiram em greve por um mês em parte porque houve uma ampla campanha nacional de solidariedade. A CONCLAT tem que ser isso: um passo decisivo no sentido de unificar a luta e a solidariedade do movimento sindical.

Eleições em São Bernardo

Vitória da classe operária

A chapa apoiada por Lula obteve 86,5% do total de votos. Uma estrondosa derrota política de todos aqueles que insistem em lutar contra o sindicalismo combativo.

Por Vilma Amaro

Nunca se teve tanta certeza da ampla vitória de uma chapa numa eleição sindical. Nos dias que antecederam à votação para a escolha da nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, as discussões giravam em torno de quanto seria a margem de ganho da chapa 1, apoiada por Lula, contra a chapa 2, liderada por Osmar Mendonça, Enilson Simões de Moura, o alemão, e os partidários da Hora do Povo.

Enquanto Jair Meneguelli, candidato a presidente pela Chapa 1, previa uma margem de 75% dos votos, outros diretores cassados do Sindicato falavam em 80% e até mais.

Por volta das 17 horas, do sábado, dia 7, no estádio do Baeta Neves, em São Bernardo, era conhecido o resultado oficial do pleito, em meio a uma explosão de alegria e aos primeiros repiques de uma escola de samba improvisada.

A chapa 1 obteve 27.535 votos; a chapa 2, 2.901 (nulos 1057 e brancos 329). "Foi uma autêntica lavada", diziam os ex-diretores do Sindicato, enquanto do alto da arquibancada do ginásio esportivo do Baetão, surgia um grupo de metalúrgicos com um caixão, onde se lia Osmar, Chapa 2 e HP.

Pelo lado esquerdo do ginásio, protegidos por um pequeno contingente policial, saíram se esgueirando pelos muros Alemão e um grupo de 20 membros e simpatizantes da chapa 2, em meio à tremenda vaia de aproximadamente 2 mil trabalhadores. Osmarzinho permaneceu cabisbaixo e mudo junto à mesa de escrutínio. E como já haviam combinado, os trabalhadores saíram em passeata num verdadeiro carnaval até o estádio de Vila Euclides, local das mais gloriosas lutas dos trabalhadores nos últimos anos.

Jair Meneguelli, o novo presidente do Sindicato, ferramenteiro da Ford, foi carregado nos ombros pelos metalúrgicos. Passada a euforia, Jair dizia que uma grande responsabilidade espera os 24 novos dirigentes do Sindicato: continuar o trabalho e a luta da ex-diretoria, que se pautou sempre pelo estrito compromisso com as aspirações da categoria. E, por esse motivo, tanto Lula como os outros ex-diretores obtiveram indiretamente, através da expressiva votação obtida pela Chapa 1, a aprovação a todas as atitudes tomadas recentemente na condução da categoria, inclusive a greve na Ford, duramente criticada por Alemão e Osmar, nos últimos dias, como manobra eleitoreira.

De nada adiantou a verdadeira invasão ocorrida em São Bernardo nas duas últimas semanas, com centenas de estudantes do Rio de Janeiro pixando os muros da cidade com os nomes de Osmar e Alemão, escrevendo inclusive desonestamente em alguns deles, que Lula apoiava a chapa 2. Não bastasse o reforço, indesejável pelos trabalhadores, dos estudantes cariocas simpatizantes do HP, a Chapa 2 ainda realizou uma campanha milionária, forrando literalmente os muros principais de São Bernardo com cartazes no estilo do Hora do Povo, onde afirmavam que enquanto a Volks tinha demitido 10 mil trabalhadores, Lula tinha ido passear nos Estados Unidos. Também de nada valeu utilizar-se do símbolo da categoria, o João Ferrador e distribuir centenas (milhares?) de camisetas com o bonequinho. E muito menos, insinuar em todos os momentos, que Lula era apenas o chefe de um agrupamento político e de nada adiantava "correr pra debaixo das saias do Lula, pois ele não é mais o presidente do Sindicato nem está preocupado com os problemas da categoria".

Acusações como essa foram simplesmente ignoradas pelos 34.028 trabalhadores que compunham o colégio eleitoral do Sindicato.

No final, um triste balanço para Osmar, Alemão e o HP, que apesar de toda a segurança que sempre demonstraram, foram os responsáveis pelo baixo nível da campanha registrada nos primeiros dias da votação (dias 3 e 4).

Desmoralização

Logo na segunda-feira, pela manhã, data do início da votação, dois elementos ligados ao HP acabaram levando uma lição dos trabalhadores. Depois de provocações feitas na porta do Sindicato, onde um coro de agapistas (os osmarzetas, como diziam ironicamente alguns trabalhadores) gritava que Lula era agente da CIA, e a solução estava com Osmar e Alemão, José Américo Murelli, professor, e Valter Furlan, engenheiro, acabaram tendo que ser medicados no Pronto Socorro. Durante a tarde do mesmo dia, na portaria da Volks, o ex-diretor do Sindicato, Djalma de Souza Bom, era empurrado por Alemão, acabando por responder com um soco no nariz do agressor.

E no dia 4, quem fosse até a portaria da Volks, veria um espetáculo deprimente. Nas ruas defronte à empresa, dezenas de carros com chapas do Rio de Janeiro, lotados com milhares de panfletos acusando a chapa 1 de

incitar a violência. Um panfleto com uma linguagem virulenta, típica do HP, onde era ofendido, injustamente, inclusive um profissional da TV Globo, bastante respeitado pelos jornalistas que cobrem a área sindical.

Montados em cima de um Volkswagen, com equipamento de som, se revezavam Batista, Osmar e Alemão para fazer propaganda da chapa 2, lançando de vez em quando acusações ferinas contra a chapa 1.

Osmarzinho, acabou recebendo uma chuva de cascas de laranja e o triste espetáculo era encerrado já quase ao anoitecer.

Na quarta-feira, o ambiente era mais tranquilo. Já haviam votado 24.850 trabalhadores, superando o quorum mínimo de 22.700 votos, conforme portaria do Ministério. Mas, pela manhã, algumas estudantes do HP que se arriscaram a ir até a porta da Mercedes Benz, certamente não voltarão mais a São Bernardo, nem a passeio. Os trabalhadores exaltados arrancaram os autofalantes do carro de som da Chapa 2, recolheram todo o material de propaganda e fizeram uma fogueira pública.

Jair, tranquilo

O novo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo impressiona logo de início pela sua tranquilidade. Embora possa se ressentir de ofensas recebidas, como as que lhe foram dirigidas durante a campanha, não se abala.

Jair sempre preferiu o trabalho discreto, de base. Ferramenteiro da Ford, ele começou a trabalhar como metalúrgico na Willys, em 1967. Quando a Ford comprou a Willys, passou a ser funcionário da empresa, tendo participado e muitas vezes dirigido, movimentos internos na empresa. Um desses movimentos, que liderou ao lado de outros companheiros, ocorreu em 1978. Jair percebeu que muitos trabalhadores de outras empresas ganhavam mais na função de ferramenteiro. Então, ele e outros trabalhadores descontentes começaram a conversar sobre o assunto nos banheiros e no restaurante. Enquanto ocorria esse processo, estourou a greve da Scania, e Jair, junto com outros companheiros, mobilizou-se para parar a Ford, também. E a Ford parou.

O curioso é que Jair diz que nessa época, não conhecia ainda o Lula, mas tinha ouvido o dirigente falar. Foi nessa ocasião que ele veio a conhecer o ex-presidente do Sindicato. Depois de uma semana de paralisação a

empresa exigiu a presença de Lula para negociar. E esse foi o começo não apenas de uma amizade, mas de um trabalho conjunto, em que Lula aprendeu a

ver no discreto, simples, mas combativo ferramenteiro da Ford, um novo líder da categoria metalúrgica de São Bernardo do Campo.



Os novos Lulas de S. Bernardo

São Bernardo dá o exemplo

O enterro simbólico de Osmarzinho, Alemão e HP, feito por um grupo de metalúrgicos no local da apuração, mostra para onde foram as expectativas da chapa 2 e de seus aliados. Os ridículos 9,1% do total de votos obtidos pela chapa liderada por Osmar só comprovam a sua morte política na região onde mora a vanguarda do movimento operário brasileiro.

É impossível deixar de reparar que existe um fosso profundo entre as duas propostas sindicais: de um lado, uma união viva, criada nas lutas e, de outro, um conchavo feito por lideranças de representatividade bastante discutível. De um lado, um sindicalismo das fábricas que passa pela formação de centenas de lide-

ranças médias, reconhecidas nas bases; de outro, "estrelas" que suprem a falta de contatos com a massa através da potência dos aparelhos, sejam eles de som, gráficos ou mesmo de "segurança".

Na história recente do movimento operário brasileiro, São Bernardo teve o mérito de sempre indicar os caminhos do futuro. Agora, às vésperas da CONCLAT, os trabalhadores do ABC dão o exemplo: é preciso isolar, vencer politicamente, neutralizar essa tendência que traz para o movimento sindical os métodos mais sujos e mesquinhos!

Para Osmarzinho, Alemão e seus amigos, que cresceram à sombra de Lula, resta apenas a saída de campo, pendurarem as chuteiras e, quem sabe, fazerem auto-crítica.

Metalúrgicos — S. Paulo O pelego reina mas não governa

No "maior sindicato da América Latina", as eleições confirmaram na direção o interventor e seus aliados. Mas os magros resultados obtidos, demonstraram que a Santa Aliança — Ministério do Trabalho, pelegos e policiais, Partido Comunista e Hora do Povo — não conseguiu domar os metalúrgicos paulistanos, etapa necessária para vender o seu plano de convencer a classe operária a pagar a crise econômica.

Por Regis Moraes

O pelego mais conhecido do país foi reeleito mais uma vez para presidir o Sindicato dos Metalúrgicos da capital paulista. Mas a vitória de Joaquim dos Santos Andrade teve o gosto de uma derrota política. Afinal de contas, o velho pelego, depois de um ano e meio de grandes gastos para auto-promoção e de terrorismo em assembleias sindicais, só conseguiu uma estreitíssima margem de votos diante da chapa oposicionista (cerca de 5% dos votos válidos).

O mais interessante é que a vitória da chapa situacionista só foi garantida em velhos redutos: o voto dos aposentados (432 x 3033 para o pelego) e das pequenas oficinas cobertas por urnas itinerantes. O pelego não conseguiu ganhar nas empresas onde a sua bem paga assessoria tentou implantar o "novo sindicalismo responsável", isto é, o neo-peleguismo.

A oposição sindical ganhou nas fábricas, isto é, entre os operários "da ativa": 17273 a 14066. Isso atesta um fato: ao contrário do que os empresários, o governo, o pelego e seus aliados do Partido Comunista (PCB) e do Hora do Povo vêm afirmando, os operários não estão "pondo a mão na consciência" para condenar o sindicalismo combativo de Lula e outras lideranças. Dentro dos limites de uma eleição manipulada, num sindicato cuja diretoria tem desestimulado a participação e mesmo a sindicalização, até por meio da violência, os operários das fábricas responderam pelo voto numa chapa que encarnava o sindicalismo como o de São Bernardo do Campo.

A derrota eleitoral da oposição na contagem geral tem seus motivos. Ela foi facilitada pela divisão entre a Chapa 2, encabeçada por Waldemar Rossi, e a Chapa 3, do deputado Aurélio Peres. Os partidários deste último apostaram na implantação de sua corrente política dentro do movimento sindical, mesmo que isso custasse mais três anos de peleguismo na direção do sindicato. A divisão desestimulou muitos militantes, que partiram para a campanha com a sensação de derrota antecipada. Além disso, o próprio W. Rossi reconheceu como uma debilidade da oposição a sua pequena presença nas atividades que se realizam na sede da entidade. Na verdade, ultimamente essa participação foi dificultada pela atuação mafiosa da direção do sindicato e principalmente pelas "milícias" fanatizadas do Hora do Povo.

Joaquinzão: ensaio para a colaboração com a burguesia

A campanha mostrou que não é impossível derrubar um pelego tão bem apoiado e assessorado pelo Ministério do Trabalho, polícia política, PCB, HP & Cia., numa estranha composição que ainda vai dar muita dor de cabeça aos "comunistas", quando o pelego resolver se livrar dos aliados.

Na verdade, o novo peleguismo era a



Waldemar Rossi: a oposição ganhou nas fábricas

grande esperança dos patrões e do governo para construir um mito. O "ídolo" Joaquinzão estava inclusive escalado para encabeçar uma Central Única dos Trabalhadores. Promovido publicitariamente contra a estrela de Lula, Joaquinzão constituiria o grande instrumento para desmoralizar a combatividade operária, convencendo os trabalhadores de que não vale a pena lutar e que seria melhor um pacto social de colaboração de classes para salvar a "economia nacional" e a "abertura".

Mas o plano de modernização do pelego foi desastroso. Na campanha salarial de 1980 (ver ET n.º 117 e 118) o seu "modelo" de mobilização não resistiu a duas assembleias, mesmo policiadas por leões-de-chácara. E nas eleições, como dissemos, o pelego só se salvou graças a seus velhos currais eleitorais. Joaquinzão vê assim seu nome manchado para as articulações da CONCLAT. E o próprio empresariado já não confia tão decididamente na sua capacidade de embromar. Por isso a Fiesp, sindicato patronal, comemorou a vitória do pelego, mas alguns de seus diretores manifestavam dúvidas quanto à capacidade de Joaquim liderar "sua" categoria, diante da votação expressiva da oposição nas fábricas.

Estas eleições confirmaram ainda a formação de duas grandes correntes dentro do movimento operário brasileiro: de um lado, pelegos, PCB, HP, vez ou outra auxiliados pelos simpatizantes do jornal *Tribuna Operária*; de outro lado, uma corrente muito heterogênea, que se aproxima mais pelos métodos de mobilização de base, pela intuição classista, do que pelos programas ou por uma ideologia mais definida. Neste último pólo se colocam as oposições sindicais e o sindicalismo autêntico.

A constituição dessa corrente precisa ser levada adiante. E a intervenção direta de Lula, apoiando a chapa oposicionista, aponta para a possibilidade de desenvolver essa unidade, mesmo diante da ação não centralizada e não homogênea do PT nestas eleições.

R. G. Sul e São Paulo A hora e a vez do Pedro Pedreiro



Em Porto Alegre, o lançamento da chapa de oposição

Os trabalhadores da construção civil chegaram às manchetes da grande imprensa nas greves de 1979, em Belo Horizonte e Porto Alegre. Mas longe das grandes notícias e da televisão, a categoria vem, pouco a pouco, se organizando e reconquistando seus sindicatos. Em Vitória (ES) e Curitiba (PR) a oposição já dirige a entidade, depois de uma longa luta contra o pelego e a legislação sindical. Agora em São Paulo e Porto Alegre são organizadas chapas de oposição.

Em Porto Alegre, a oposição lançou sua chapa no Sindicato dos Bancários em julho. No ano passado houve eleições, mas as fraudes foram tão descaradas que a própria Justiça do Trabalho teve que dar ganho de causa à ação que a oposição moveu contra a Delegacia Regional do Trabalho.

A chapa agora lançada reúne a quase totalidade do comando que dirigiu a grande greve de 1979, que conquistou o piso salarial para a categoria. Desde essa data, a oposição vem realizando um trabalho sistemático de organização em núcleos por vilas, além das "comissões de obra", combinando a luta sindical com o movimento popular mais geral. Essa fórmula — que parece ser o caminho também em outros centros do país, como São Paulo — foi a maneira encontrada para superar a dispersão em que se encontram os trabalhadores da construção.

São Paulo: a eleição em setembro

Em SP, o ET ouviu o depoimento de dois componentes da chapa 2 — Oposição Sindical, Raimundo Edilson Pereira e Abel Aquino de Souza.

Qual a situação da categoria e do sindicato em São Paulo?

Raimundo — Somos uma categoria de 150 mil operários, 95% ganha até 2 salários mínimos. Há 24 mil acidentes de trabalho, mil mortes por ano. A rotatividade anual é de 100%. Com essa importância econômica e com todos esses problemas porém, nosso sindicato não ocupa lugar de destaque nem se mexe para organizar e defender o peão. O atual presidente, na direção há 12 anos, quando foi imposto como interventor pelo governo e pelos patrões, cumpre o seu papel de pelego, impedindo os operários de se organizarem no sindicato, mandando leões de chácara a agredir e ameaçar os trabalhadores. O resultado disso é uma imensa categoria desmobilizada e amedrontada, com apenas 3% de sindicalizados. Por isso, São Paulo virou o paraíso das construtoras, que aqui encontram e para aqui atraem uma mão de obra barata.

E quais os principais objetivos da CHAPA 2 — Oposição Sindical?

Abel — Em primeiro lugar, valorizar o trabalhador da construção, a categoria mais antiga da classe trabalhadora e que dá o sangue construindo o progresso deste país. Queremos melhores salários em todas as profissões da categoria. Em segundo lugar, lutamos pela garantia de emprego, contra a rotatividade de emprego e contra o achatamento salarial. Lutamos pela sindicalização intensa, pelo trabalho sindical nas obras e bairros, organizando reuniões periódicas e cursos de orientação, onde nós, trabalhadores, aprendamos a nos organizar e defender. Lutamos pelo delegado sindical e pelas "comissões de obra". Queremos que os trabalhadores e o seu sindicato tenham poder para fiscalizar as condições de higiene, alojamento, segurança, inclusive orientando nas eleições das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA).

E as dificuldades da oposição?

Raimundo — Uma chapa de oposição como a nossa, que não fez compromissos com ninguém, que é uma chapa de operários de salários baixos, representando apenas os interesses da classe trabalhadora, encontra muitas dificuldades na campanha. É uma luta desigual porque do outro lado estão os pelegos e os patrões. Temos problemas financeiros enormes, companheiros que foram demitidos de seus empregos ilegalmente para dificultar nosso trabalho; além da portaria n.º 3437 do Ministério do Trabalho, que dá direito ao presidente do Sindicato de dirigir o pleito. Usando desse direito, o Sr. Décio Lopes, que encabeça a chapa 1, pretende uma eleição anti-democrática. Mas mesmo assim, enfrentaremos a pelegada e temos sentido que a categoria pretende reconquistar o sindicato. Percebemos na vontade do associado que ele quer um sindicato forte. E com a CHAPA 2 terá.

III Polo Petroquímico

Gaúchos rejeitam desastre ecológico

Índices alarmantes de câncer e doenças respiratórias; vegetação calcinada e rios mortos; oito em cem crianças nascendo com problemas congênitos; milhares de favelados e chuva de ácido sulfúrico. Assim estão os dois primeiros Polos Petroquímicos instalados pelo governo em Cubatão (SP) e Camaçari (BA). O III Polo será no Rio Grande do Sul e já começa a ser construído e a gerar o protesto.

Da sucursal

Prosseguindo em seus projetos faraônicos, que só beneficiam os detentores do poder, o governo está construindo, a 15 quilômetros de Porto Alegre, o III Polo Petroquímico, que causará um desastre ecológico gigantesco na região metropolitana da capital gaúcha.

Para termos uma idéia das conseqüências da instalação do III Polo é só vermos como estão as condições ambientais nas regiões onde estão localizados os dois primeiros Polos. Em Cubatão (São Paulo) - I Polo Petroquímico - a incidência de tuberculose é o dobro de qualquer

outra região do país; os índices de câncer e doenças respiratórias são alarmantes; 8% das crianças nascem com problemas congênitos (ausência de membros, cérebro, etc.); a vegetação está totalmente calcinada e os rios mortos; 40% dos habitantes da região moram em favelas; Vila Parisi, localizada em Cubatão, é o lugar mais poluído do mundo. Camaçari (Bahia) - II Polo Petroquímico - não fica atrás. Naquela região, localizada sobre o lençol freático - água subterrânea - que abastece Salvador, metade dos habitantes são favelados e 25 mil árvores morreram devido ao escapamento de gás sulfídrico que,

em contato com a chuva, transforma-se em ácido sulfúrico. O III Polo Petroquímico não fugirá a esta realidade.

No Polo gaúcho, os resíduos líquidos sofrerão tratamento terciário, com carvão ativo, mas este tipo de tratamento não remove metais pesados. Os níveis de chumbo se elevarão em 300% acima dos atuais e os de arsênico em 700%, sem falarmos no mercúrio e no cádmio entre outros, todos cancerígenos e acumulativos dentro do organismo. Será expelido no ar gás sulfídrico numa quantidade 88% superior à tolerável pelo organismo humano, além de hidrocarbonetos e

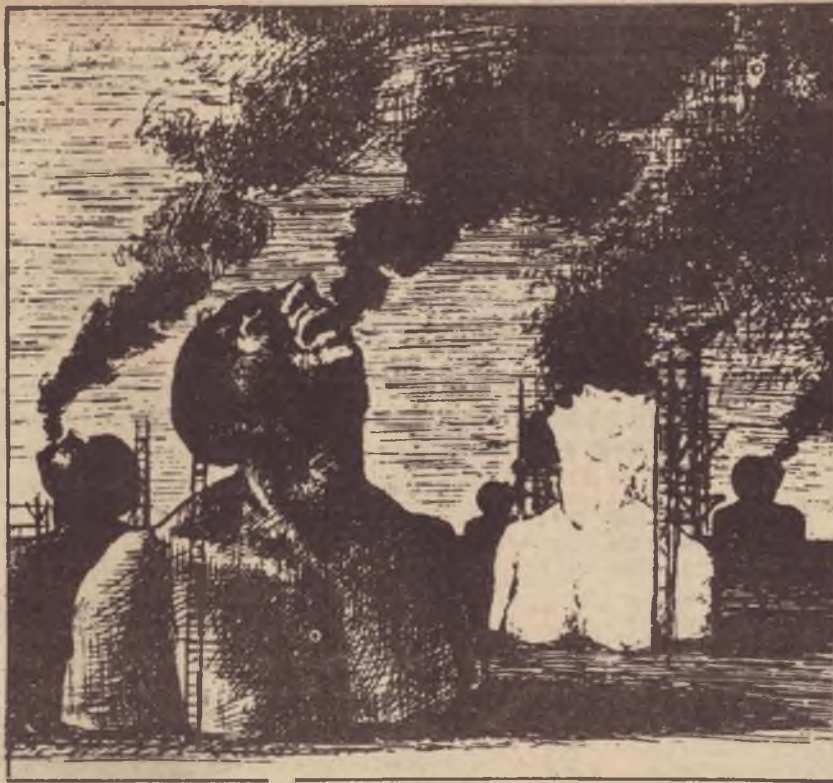
óxidos de nitrogênio. Serão emanadas, também, dez a doze toneladas de resíduos sólidos por dia.

Sob o ponto de vista social, o governo afirma que serão oferecidos milhares de novos empregos com o funcionamento do III Polo. Na realidade serão oferecidos 4 mil empregos, muito aquém das necessidades do estado. O governo, porém, nada diz sobre o destino das milhares de pessoas que vivem da pesca e da agricultura na região que será atingida pela poluição do Polo.

Mas a população gaúcha não está de braços cruzados. Já está organizada a Comissão de Luta contra o Polo, integrada por en-

tidades ecológicas e estudantis, que começa a mobilizar a população visando desativar o III Polo Petroquímico.

O movimento ecológico começa a tomar corpo, como parte importante da luta por melhores condições de vida, pois a poluição do ar, da água e dos alimentos também é uma forma indireta de exploração. Os patrões e o governo, para baratear a produção e, conseqüentemente, aumentar o seu lucro, repassam os custos que teriam com o tratamento dos resíduos industriais ou agrícolas para a população sob a forma de poluição.



Argentina Homossexualidade dá cadeia

"A segunda vez que me detiveram foi em 1978, em um episódio insólito: um guri pediu-me que o informasse sobre o local de parada de um determinado ônibus, eu lhe indiquei e atravessamos a rua juntos. Já na calçada, o guri se arrependeu, voltou-se para trás e sumiu. Quando cheguei à rua em frente, três policiais, em trajes civis, que observaram o episódio, acusaram-me de estar "cantando o menor". Peço-lhes que se identifiquem e então passam a me insultar e me levam à delegacia. Na delegacia, o sargento de plantão faz-me tirar a roupa, agachar-me e mete o cano de uma espingarda em meu ânus, querendo, assim, obrigarme a dizer o que tinha feito com o menino. No dia seguinte, o sargento volta a fazer a mesma coisa, exigindo que eu lhe contasse os detalhes de presumíveis relações que tivera com os presos da cela. Depois, quiseram que eu assinasse um termo de confissão, sem que eu o lesse. Como me neguei a fazê-lo, colocaram-me em uma cela. Ao me tirarem de lá, exigiram que eu assinasse a confissão, mas, ao invés disso, escrevi "Apelo". Eles, então, me colocaram em uma cela com três verdugos para que me arrebatassem. Ai, eu pensei: aqui, acabam comigo e assinem". (depoimento de Gustavo R., de 25 anos).

A repressão policial e social aos homossexuais não é nova numa sociedade tradicionalmente machis-

ta como a Argentina. Mas o regime militar instaurado em 1976 se encarregou de intensificá-lo e sistematizá-la. Milhares de homossexuais, lésbicas e prostitutas foram presos, maltratados, torturados, perseguidos, chantagados e alguns assassinados, por obra do enorme aparato policial de repressão cotidiana.

Posto em funcionamento com particular rigor a partir das operações de "limpeza moral" preparativas à Copa do Mundo de 1978, esse aparato não apenas massacrava a oposição política e sindical, como conseguiu montar um impressionante sistema de vigilância e controle, minucioso e eficaz. Buenos Aires tem o aspecto de uma cidade ocupada — e na verdade o é. Dois policiais por esquina, patrulheiros, camburões, operações surpresa, batidas e "operações pente-fino", inumeráveis agentes uniformizados e civis, pertencentes a um sem fim de organismos repressivos.

A simples suspeita, a simples acusação policial de homossexualidade basta para prender um indivíduo e condená-lo a 30 dias de prisão, que se eleva, em algumas províncias, a 90 dias.

A homossexualidade não é, do ponto de vista jurídico-penal, ilegal na Argentina. Mas, na prática, regulamentações policiais ditadas, em sua maioria entre 1932 e 1949, sem intervenção do parlamento, são utilizadas para "legalizar" a perseguição.

A ditadura argentina é mundialmente conhecida pela atrocidade da repressão que promoveu no país a partir de 1976. Aqui, a Comisión por los Derechos de la Gente Gay, grupo de homossexuais recentemente fundado na clandestinidade, denuncia como essa repressão atinge os homossexuais argentinos, revelando o terror cotidiano criado pela ditadura. O grupo, que pretende continuar o trabalho iniciado pela Frente de Libertação Homossexual, destruída pela repressão em 1976, está divulgando um documento, do qual reproduzimos os principais trechos.

E a ditadura sancionou novos "Códigos de Faltas" nas províncias de Mendoza e Córdoba, que podem ser considerados como "modelo": o último chega a ordenar a internação obrigatória dos enfermos venéreos, à maneira de leproso ou loucos.

Estas regulamentações são aplicadas diretamente pelo chefe de Polícia, sem dar informação à Justiça. Teoricamente, os "contraventores" podem apelar perante o juiz, mas aqueles que tentam fazê-lo apanham e são obrigados a assinar sua confissão.

Terrorismo cotidiano

Diana, uma lésbica de 38 anos, foi detida e a levaram em um carro, não identificado, para reconhecer, em todos os boliche de Buenos Aires, as moças e rapazes gays. Levaram-na em um bar onde, numa mesa, estavam sentadas suas amigas; mas Diana negou conhecê-las. Os policiais a esmurram e dizem: "Diga quem são as 'tortas' e te largamos". Mas ela não disse e isso lhe custou uma surra. Então, mandaram-na à prisão de Devoto. Ela só saiu de lá por causa da influência de um parente importante e depois disso foi para a França.

A polícia recebeu cursos especiais para

detectar homossexuais, chegando até a reconhecer as lésbicas na rua, e prendê-las. De fato, qualquer homossexual pode ser reconhecido e detido, seja por fruto de uma operação massiva ou da ação individual de qualquer policial. Quando um policial consegue entrar na casa de um gay, o rouba. Um homossexual que denuncia roubo ou extorção é preso. Na cidade de Tucuman, o homossexual que denunciou os assassinos de Claudio Reynoso — sacrificado em 1980 — foi obrigado a confessar, sob tortura, sua pederastia e processado por "corrupção de menores".

Os poucos boliche "dançantes" gays que, de tanto em tanto, ressurgem dissimuladamente em Buenos Aires, são invadidos pela polícia. A irrupção policial numa boate gay — "San Francisco" — que funcionava num barco ancorado no porto, provocou a morte de dez jovens, que, no seu desespero em fugir, pereceram afogados no rio. Em Mendoza, um numeroso grupo de homossexuais, recolhidos numa batida, foi abandonado em pleno campo, na fronteira com a província de São Luis.

Este terrorismo cotidiano impede aos gays circularem livremente nas vias públicas. Também as reuniões privadas gays estão proibidas, o que configura uma violação ao direito constitucional de reunião, ademais, suspenso pela vigência do "Estado de Sítio".

Pravda e Hora do Povo

O uso político da mentira

A mentira sempre foi um instrumento da direita para dominar ideologicamente as massas. O que dizer quando ela aparece de forma sistemática e aberrante na boca de posições que se reivindicam de esquerda? A seguir, extratos de um artigo de David Frankel sobre o tratamento dispensado ao sindicato Solidariedade pelo Pravda. Em seguida, abordamos os usos e abusos da mentira pelo tupiniquim Hora do Povo.

Por João Machado

A publicação do projeto do sindicato polonês Solidariedade propondo uma nova política econômica para o país provocou uma resposta aguda no número de 15 de maio do Pravda, jornal do Partido Comunista da União Soviética. Um artigo polêmico assinado por "V. Nikitin, Comentarista Político", tentava ligar o Solidariedade e seu projeto de programa com "as tentativas da reação, dentro de fora da Polônia, de desarmar ideológica e organizacionalmente os operários poloneses antes que uma ofensiva decisiva contra o Governo Popular possa ser montada".

"As principais teses apresentadas pelos autores do Solidariedade", declarava o artigo, "estão basicamente dirigidas como um petardo contra as conquistas do socialismo e os direitos dos trabalhadores, contra o POUP (o PC polonês), contra os fundamentos da política coerentemente conduzidos pelo Governo do Povo polonês".

Ele acusava "certos círculos do Solidariedade" de pretender "a restauração do sistema burguês".

O autor responsabiliza o Solidariedade pela crise

"É bem conhecido qual o papel que as forças que encabeçam o Solidariedade desempenharam no desencadeamento e desenvolvimento da crise na Polônia", diz o Pravda. Resumindo seus pontos de vista sobre o papel do Solidariedade, o Pravda diz "ele não toma muito cuidado em evitar quebrar e arruinar a economia de um país, não importa quão próspera e feliz...".

O artigo insiste em que "a responsabilidade pelo racionamento cabe inteiramente às forças extremistas e ao próprio Solidariedade". Embora o Pravda fale das "forças que encabeçam o Solidariedade" e das "forças extremistas" no Solidariedade, na verdade seus ataques são dirigidos à classe operária polonesa como um todo.

Lembremos que não existia ainda o Solidariedade em Julho e Agosto de 1980, quando os trabalhadores poloneses conduziram suas greves massivas e forçaram o regime burocrático a aceitar sua reivindicação de uma central sindical independente. Mas não é dos trabalhadores poloneses a responsabilidade pela crise.

A responsabilidade pelo "desencadeamento e desenvolvimento da crise na Polônia" está inteiramente nas costas do regime stalinista. As revoltas massivas de 1956, 1970 e 1976 eram

uma clara indicação da crise subjacente na sociedade polonesa. Quando a classe operária entrou em ação, a crise econômica já estava completamente desenvolvida. Foi a enorme dívida externa que levou o regime a tentar aumentar os preços dos alimentos em julho de 1980, provocando o levantamento operário.

Restauração do capitalismo?

Como apontamos antes, o Pravda acusa os autores do projeto de programa do Solidariedade de pretender "a restauração do sistema burguês". Segundo o Pravda, o projeto:

"Expõe o conceito do desmantelamento das fundações sociais e políticas do socialismo na Polónia de uma maneira bastante vaga... Segundo o documento do Solidariedade, a economia polonesa deveria funcionar segundo as regras da economia capitalista como a rivalidade, a concorrência entre diversas formas de propriedade, a exploração do trabalho de outros no interesse dos empresários privados, e o encorajamento do setor privado na agricultura..."

Mais uma vez, o Pravda conta

com que os seus leitores não têm acesso ao que o documento do Solidariedade realmente diz. Longe de defender o funcionamento da economia polonesa segundo as regras do capitalismo, o projeto do Solidariedade explicitamente reafirma o papel da nacionalização da indústria e do planejamento estatal.

"O planejamento central", diz o projeto, "não deve mais ter o caráter de um comandante dando ordens... O planejamento central deve ter um caráter estratégico, não dizendo respeito apenas a operações correntes, e cobrindo um período de muitos anos. Os objetivos do plano central, que determina a direção do conjunto da economia, devem ser definidos através da participação ativa da sociedade".

Dentro do contexto deste plano central e da manutenção da indústria nacionalizada, o projeto sugere:

"As unidades de produção sob diversas formas de propriedade devem ter as mesmas condições econômicas e legais de desenvolvimento no novo sistema. Empreendimentos que têm propriedade social, cooperativa ou comunal, tanto quanto de famílias individuais, devem ser tratados igualmente em termos de

preços de mercado, fornecimento, políticas de emprego e de taxa-ção."

Não há nada de anti-socialista nestas políticas. Pelo contrário, a superação da alienação dos 3,5 milhões de pequenos camponeses e a consolidação de uma aliança entre estes camponeses e a classe operária é essencial para a superação da crise na Polónia.

Privilégio e desigualdade

Chegando no máximo do absurdo nas suas tentativas de provar os demônios do Solidariedade, Pravda vai até a se colocar como defensor da igualdade social na Polónia, dizendo fazê-lo contra o movimento operário independente.

Referindo-se aos possíveis efeitos das propostas do projeto de programa para superar a crise, o Pravda diz: "como o próprio projeto admite, sua implementação levaria à emergência de sérios problemas sociais, como o aumento da desigualdade social e o desemprego... A perspectiva aberta é o reaparecimento das compras de trabalho e do enriquecimento de uns às custas dos outros".

Obviamente, o projeto de programa não propõe nada desta

natureza. Na questão do desemprego, o documento explica especificamente:

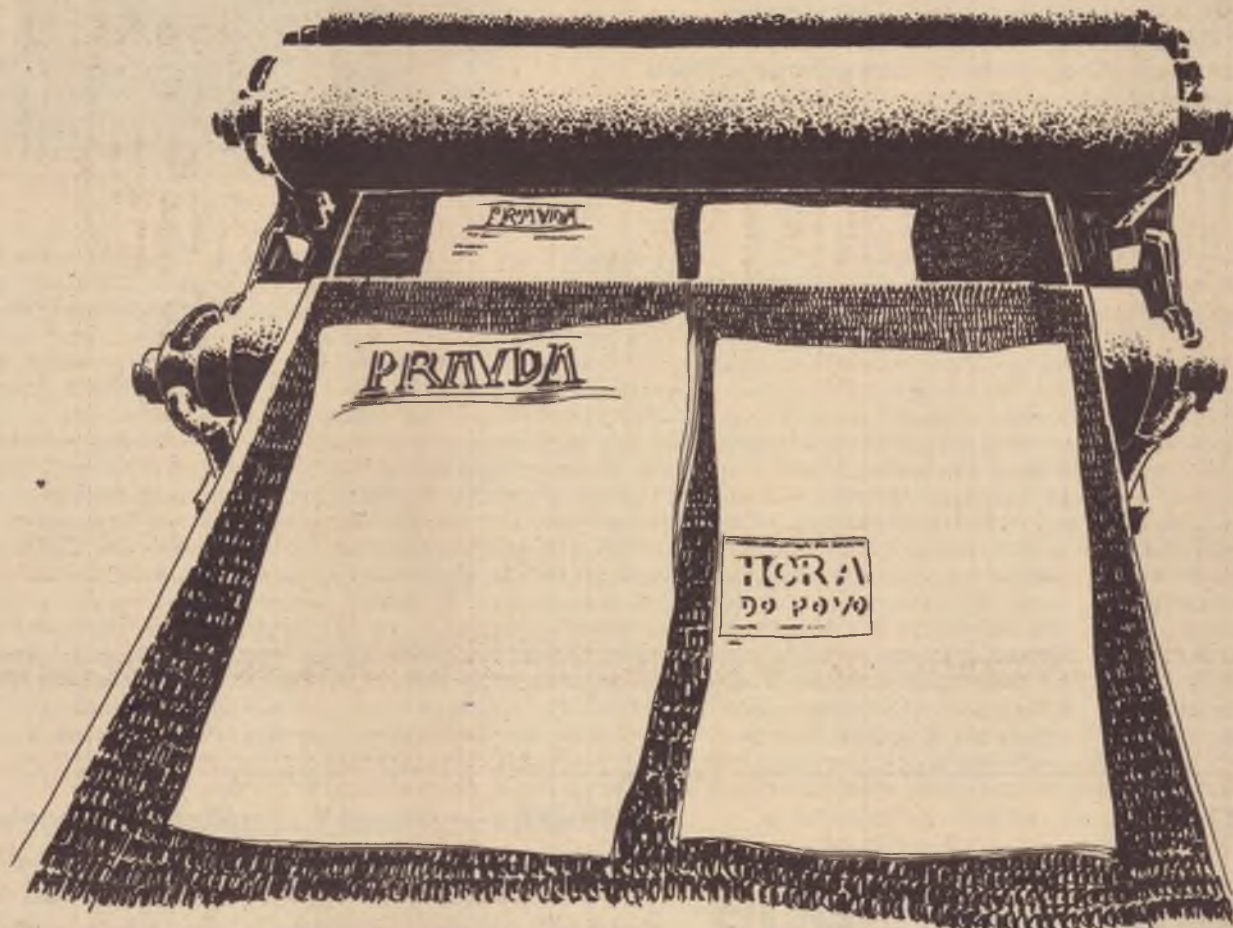
"O sindicato reconhece que as empresas terão o direito de fazer alterações no seu nível de emprego quando precisarem. Mas as autoridades governamentais deverão se responsabilizar por uma política que garanta o pleno emprego. O governo deve destinar os recursos necessários para a criação de novos empregos e para cobrir os custos das pessoas transferidas..."

E sobre os privilégios e a desigualdade social? O projeto diz:

"Os custos do programa para restabelecer o equilíbrio devem, em primeiro lugar, recair sobre os grupos melhor situados, especialmente aqueles que têm privilégios pelo exercício da autoridade".

E ainda propõe as seguintes medidas específicas:

"A introdução de uma taxa universal, compulsória e progressiva para igualar as rendas..."; "a taxa da riqueza exorbitante (carros de luxo, casas para férias, etc.)"; "a restrição dos privilégios materiais para os que pertencem ao aparelho dominante. (apartamentos, carros oficiais, serviços médicos especiais, etc.)..."



HOLANDA

O uso político da mentira

As preferências do Hora do Povo

Ousado nas mentiras, inconsequente nas acusações, incapaz de conviver com idéias diferentes, preocupado em preservar instituições burguesas: é o estilo HP em ação

A final, qual é a do Hora do Povo?

Esta pergunta ganhou uma enorme atualidade diante da escalada de mentiras absurdas nas últimas edições do HP. Não que na sua história esta publicação tivesse se caracterizado pela sua seriedade; muito pelo contrário. Mas no seu apoio ao pelego Joaquim e na luta contra Lula, o PT e a oposição sindical metalúrgica de São Paulo, o HP bateu todos os récores nas últimas semanas.

O pelego Joaquim tem sido endeusado como um combativo líder operário; Rossi é acusado de ser um instrumento direto das multinacionais, por quem seria financiado, Lula apontado como aliado direto dos patrões: "Lula e o governo querem a mesma coisa"; "Vergonha! Donos da Mercedes são cabos eleitorais de Lula"; "Patrões apoiam chapa desconhecida que Lula montou". Toda a página da edição 91 é feita de ataques ao Lula. Rossi, por outro lado, é acusado de colaborar com o diabo, de ser um agente de Satanás, quando não o próprio (ver box).

Não é apenas pela ousadia nas mentiras que o HP impressiona. Também é difícil de entender a baixaria da sua linguagem: todos os seus adversários são sempre tachados de "bando de elementos desencaminhados", "fariseus", "renegados", "rejeitados", "desenturmados" e outras coisas curiosas.



Joaquinzão, visto pelo HP

Há algumas constantes na linha "jornalística" do Hora do Povo. Uma delas, é claro, é a total incapacidade para conviver com opiniões diferentes da dele. Outra é a utilização repetida de frases e expressões que tentam jogar com os sentimentos religiosos da população. No box, citamos vários exemplos disso.

O Hora do Povo luta de modo enfático contra o regime, não há dúvida. Foi isso que lhe valeu um processo e a condenação de seus diretores pela ditadura, além de apreensões do jornal etc. Quanto a isto, o que teríamos a ressaltar é que várias vezes passa análises ou informações totalmente falsas ou impressionistas, como a manchete "Revolução à vista. Povo nas barricadas enfrenta Figueiredo", no nº 36, na greve de São Bernardo, ou "Está começando o ano da libertação", no nº 69.

Por outro lado, é notória a preocupação em preservar instituições como o Exército, a PM.

A cobertura do atentado do Rio-centro foi feita cheia de manchetes do tipo "Fascistas do DOI-CODI não conseguirão denegrir o Exército" (nº 4 no JP); "Exército repele manobra para comprometer-lo" (nº 87), "Conivência com o terror é afronta ao Exército" (n. 86). O nº 84 apresenta na costureira charge do "Hagapito" o "General Hagapito".

O Hora do Povo defende diversas posições do interesse dos trabalhadores, tanto externamente (apoio ao processo revolucionário na Nicarágua e El Salvador, ataque a ditaduras de direita, ao imperialismo americano) quanto internamente (denúncia do regime, da miséria, do desemprego etc.). O que o compromete neste caso é o alinhamento com a URSS em todas as questões, inclusive os ataques ao Solidariedade, no plano externo, e o combate ao movimento operário classista, no plano interno.

Algumas preciosidades do HP

* "Igreja põe em dúvida se Figueiredo é cristão — Suspeitas aumentam — Declaração do Cardeal Arns revela que ele não está seguro a respeito da fé cristã de Figueiredo — Fariseus apreensivos — Em festa o povo de Deus" (nº 43, na visita do Papa).

* "Aproxima-se a era da fraternidade universal! Tremem os sepulcros caídos — fariseus em polvorosa" (nº 44, ainda na visita do Papa).

* "Galinha verde foi a Roma e acertou três tiros no Santo Padre — Herejes mensageiros do diabo não aceitam democracia e querem impedir a continuação da obra de Deus na Terra" (nº 85, no atentado ao Papa).

* "Rossi: Pecado mortal contra a Lei de Deus" depois, trechos da matéria: "Esse abuso mostra o pouco caso dos elementos da Chapa 2 para com os mais elementares princípios da mensagem de Cristo, que sempre combateu os fariseus que, como Rossi, falsamente proclamavam da boca a sua adesão à religião para melhor transgredí-la em cada um dos seus atos Waldemar Rossi não se contenta mais em atacar os metalúrgicos. Agora atenta contra a própria Lei de Deus, que reza no seu segundo mandamento: 'Não usar o seu Santo Nome em vão'. Com esse pecado mortal, o charlatão está em maus lençóis perante o Criador. Ou se arrepende honestamente e faz uma severa penitência, ou irá queimar nas profundezas do Inferno, ao lado do Cão"

(no nº 90, a propósito da divulgação pela oposição de uma fotografia onde Rossi aparece com o Papa).

* "Vade Retro, Rossi!" (nº 91 — notamos que Rossi deixou de ser enviado ao Inferno para ser tratado como o próprio demônio, a ser exorcisado).

Sobre a Polônia

* "Anti-sociais não terão vez na Polônia! Governo, povo e POUP firmemente unidos na defesa da democracia socialista!" "Carbonários querem ver a Polônia arder: Folha, Jornal da Tarde e outras publicações carbonárias torcem freneticamente por ação do pacto de Varsóvia". (E nesses dias os jornais divulgavam que 10 milhões de trabalhadores já tinham se aliado ao Sindicato Independente "Solidariedade" ambas no nº 81, a propósito das ameaças de invasão soviética na Polónia).

* Polónia socialista tem apoio da URSS — Firmeza soviética apóia independência polonesa" (no Jornal do Povo nº 1, a propósito de uma carta do PC da URSS fazendo ameaças e impondo condições ao PC da Polónia).

* "Débora vencerá os egoístas!" (No nº 88, a propósito da novela "Baila Comigo").

* Órgão oficial do povo brasileiro (em diversas edições do jornal).

* O jornal da família brasileira (em diversas edições do jornal).

Porque mentem estes jornais

A mentira nunca ajudou o avanço de nenhuma causa progressista. O Pravda e o Hora do Povo mentem porque se opõem ao movimento operário independente e querem domá-lo e cavalgá-lo.

Há uma semelhança clara entre o jornalismo praticado pelo "Pravda" ao falar do Solidariedade e o jornalismo praticado pelo "Hora do Povo" ao falar das correntes classistas do movimento operário brasileiro, quer estejam no PT ou em oposições sindicais: em ambos os casos, os jornais invertem completamente a verdade.

No caso da Polónia, é evidente para qualquer pessoa de boa-fé que quem luta contra as desigualdades sociais e os privilégios dos burocratas, quem defende o avanço do socialismo, quem defende os interesses dos trabalhadores são os próprios trabalhadores organizados no Solidariedade. O regime do POUP, por outro lado, além de ser o grande responsável pela crise económica do país, tem uma política de jogar os seus custos sobre os trabalhadores e de salvar os seus privilégios. O "Prav-

da" afirma exatamente o contrário, distorcendo sem nenhuma vergonha a verdade dos fatos.

No caso do Brasil, está absolutamente claro que quem colabora com setores burgueses, recebe o seu apoio, é o Hora do Povo que se alia a pelegos que são notoriamente agentes patronais no movimento sindical (todos sabiam que Joaquinzão era o preferido pela Federação das Indústrias e por jornais que representam claramente a grande burguesia, como a "Gazeta Mercantil"). Quem apóia um partido burguês "confiável" é o Hora do Povo, que se identifica plenamente com o muito conservador presidente do PMDB, Ulisses Guimarães. O Hora do Povo quer cnicamente fazer crer que é o PT que recebe a confiança de setores da burguesia — e ainda por cima imperialista!

Apesar da enorme diferença entre

o PC da URSS e o Hora do Povo (o primeiro à testa de um Estado operário burocratizado, o segundo um grupo sem grande influência de massa), as razões que levam a praticar este tipo de "jornalismo" são basicamente as mesmas.

Não se trata, obviamente, da defesa dos interesses da classe operária. A mentira nunca ajudou o avanço de nenhuma causa progressista; foi sempre um instrumento da reação, que é quem tem o que esconder das massas. Se o "Pravda" e o "Hora do Povo" se utilizam sistematicamente da mentira, é porque não representam interesses dos trabalhadores.

O "Pravda" é o porta-voz de uma burocracia privilegiada e pequeno-burguesa, que se utiliza da repressão, do controle do aparelho de Estado para manter seus privilégios. O "Hora do Povo", naturalmente, pela sua dimensão não representa direta-

te interesses de uma burocracia brasileira; não tem uma base social apreciável. Mas além de seu esforço para se ligar no plano internacional à corrente encabeçada pela burocracia soviética e do caráter fundamentalmente pequeno-burguês dos seus apoiadores, o que pesa para o HP é sua política de buscar base social ou alianças e apoios na burocracia sindical brasileira, inclusive em pelegos que são notórios agentes patronais.

É a situação contraditória do "Pravda" — órgão oficial de um Estado operário, e órgão defensor dos privilégios de uma burocracia, que o obriga a tentar aparecer como representante dos interesses operários e ao mesmo tempo atacar violentamente o movimento operário independente, como na Polónia. É a situação contraditória do "Hora do Povo", que se reivindica do movimento operário mas se apóia inteira-

mente no peleguismo que o obriga a atacar violentamente o movimento operário independente e a se apresentar como o defensor dos trabalhadores.

O projeto do "Pravda" ou do HP não é o de liderar a classe operária na sua luta por sua emancipação, mas o de montar nos seus ombros, como seus domadores e cavalgadores. Ambos veem a classe operária como indivíduos dispersos e incapazes, que podem ser manipulados na direção que se queira.

Para uma política como esta, para uma visão de mundo limitada, pequeno-burguesa e manipuladora como esta, o uso sistemático de falsificações, por mais grosseiras que sejam, não é nenhum acidente, nem um mero capricho ou preferência dos seus editores. É uma necessidade, é a única possibilidade.



NICARÁGUA

Fuzis na defesa da revolução

No dia 19 de julho foi comemorado em Managuá o 2.º aniversário da Revolução que derrubou Somoza e os 20 anos da fundação da Frente Sandinista. Meio milhão de pessoas se reuniram, vindas de todo o país, em um ato de afirmação da revolução em curso. Falaram Daniel Ortega, Comandante da FSLN e Coordenador da Junta de Governo e Tomás Borge, único sobrevivente dos fundadores da FSLN, ministro do Interior e principal figura do governo.

Ortega traçou um quadro da situação internacional e nacional e deu a conhecer uma série de resoluções que detalhamos à parte. Quando anunciou a expropriação de 14 empresas, a massa se agitou ao grito de "Confiscar La Prensa". La Prensa é o diário burguês que ataca raivosamente o sandinismo e a Revolução. "Não vamos responder — disse Ortega — com as medidas que nos dita o coração, mas com as que nos dita a inteligência. Porque aqui está em jogo todo um povo, está em jogo uma Revolução, está em jogo a esperança de transformações na América Latina, está em jogo nossa contribuição à Revolução no mundo".

Borge, por sua vez, estabeleceu um verdadeiro diálogo com a massa reunida. A seguir reproduzimos algumas passagens de seu discurso.



Julho de 1961 desembainha a espada de Sandino e julho de 1979 cumpre com o juramento de redimir aos oprimidos.

Essa espada ainda está desembainhada para cortar as cabeças dos inimigos da revolução. (aplausos).

Quando há vinte anos um grupo de homens retomou o caminho da luta sandinista, não imaginavam a magnitude que assumiria nossa Revolução. Mas se as gerações presentes compreendem o sentido deste processo, serão as gerações futuras as que compreenderão com plenitude esta façanha heróica, serão elas que reconhecerão o sacrifício, a nobreza e a força das gerações passadas e desta geração de nicaraguenses.

(...) Quando o povo expressa suas esperanças e até suas inconformidades, a Frente Sandinista que é sua forma superior de organização, as faz suas, as integra em sua ação revolucionária.

Portanto, as medidas que aqui anunciou Daniel não foram tiradas da cartola de um mágico, mas são o resultado da luta de vocês, o resultado das lutas das grandes massas populares. (aplausos).

O povo coloca suas necessidades. A Frente Sandinista as processa, as sintetiza e as retorna em tarefas concretas para que se ponha em prática a inesgotável capacidade criadora do povo.

E quando falamos de povo, não nos referimos a uma soma amorfa de indivíduos, mas a um povo conscientemente organizado. É impossível fortalecer o poder revolucionário sem o desenvolvimento em quantidade e qualidade das organizações populares. Sem o povo trabalhador como protagonista e artífice das mudanças, a Revolução estaciona e apodrece. Quer dizer, deixa de ser Revolução.

(...) Se os governantes, se os dirigentes desta Revolução queremos resolver os enormes e complexos problemas da economia, a que se referia Daniel, da defesa, da saúde, da educação, temos então que ir até as massas, integrar-nos às massas. Não há fórmulas matemáticas, nem sábias teorias

para a terapêutica das dificuldades que se apresentam no caminho revolucionário. Só há uma resposta: a força formidável do povo integrado sem entraves burocráticos às tarefas cotidianas da reconstrução. (aplausos).

O poder pertence aos esfarrapados

(...) Os protagonistas desta Revolução fazem concessões às classes que foram desalojadas até os séculos dos séculos, do poder na Nicarágua. (aplausos).

E que classe de concessões? concede-se, por exemplo, garantias aos empresários para produzir e é correto que assim seja. Concede-se todo tipo de facilidades e créditos bancários para produzir. Mas é bom que se saiba que desde o 19 de julho, dia da vitória, se fecharam os créditos do poder político, porque este poder pertence plenamente aos herdeiros dos esfarrapados que acompanharam Sandino, aos descalços, aos revolucionários, aos que têm fome e sede de uma justiça que se lhes negou desde que se iniciou nossa história. (aplausos).

E este poder o vamos defender com a funda de Davi, só que nela não há pedra, mas sim cartuchos de fuzis e canhões.

E não importa a marca destes fuzis e canhões. Qualquer que seja esta marca, de qualquer lugar do mundo, não temos que explicar a ninguém de onde são estas armas, estes fuzis, estes canhões, serão para defender a Revolução e o povo! (aplausos).

As medidas anunciadas hoje pelo Governo de Reconstrução Nacional são um passo adiante nas transformações exigidas pelo povo trabalhador. Mas não é possível avançar sem ferir os interesses de classes egoístas, por isso a ninguém deve surpreender que estes setores ataquem a Revolução. Se é certo que nem todos os que pertencem a estas classes estão enredados nas teias do egoísmo ou possuídos pelo demônio dos prejuízos, uma parte considerável não tem nenhum interesse em mudar as decrepitas estruturas do país.

Por isso as medidas revolucionárias provocarão raiva e desconfiança em alguns setores minoritários. Dirão que já terminou a economia mista, o pluralismo político. Nós reafirmamos o que disse aqui nosso irmão Daniel: o projeto revolucionário segue adiante, os proprietários, os empresários honestos e patrióticos terão não só o direito de integrar-se às tarefas produtivas mas o apoio da Revolução. Nos mesmos termos poderíamos falar do pluralismo político, da economia mista e da unidade nacional: dentro do contexto da Revolução e não contra a Revolução.

Economia mista, pluralismo e unidade

(...) Isto quer dizer que a política econômica é um problema de poder e para enfrentar os inimigos do povo na área do poder temos que aprender a dominar conscientemente a economia, todos nós, os dirigentes da Revolução e o Governo. Esta é uma tarefa que não só corresponde a nós, mas também e sobretudo aos trabalhadores.

Temos que amadurecer, superando a adolescência de nossa Revolução, para controlar as tendências anarquizantes da economia, de mercado a que ainda estamos submetidos por mil fios invisíveis.

As organizações do povo têm que assumir diretamente a obrigação de vigiar e informar ao governo sobre as práticas de descapitalização, de acordo com a nova Lei que foi assinada há um momento aqui.

Informação que deve ser séria e objetiva para que exclua toda possibilidade de injustiça e subjetivismo. Mas também os trabalhadores — o que queremos enfatizar em nome de nossa Direção — e especialmente a classe operária, deve responder com responsabilidade e com unidade aos desafios que a história nos apresenta. Sem responsabilidade e sem unidade da classe operária, tudo é muito mais difícil e poder-se-ia dizer, impossível.

As faltas sistemáticas ao trabalho e outras indisciplinas objetivamente se iden-

tificam com as atitudes contrárias à Revolução e na prática são descapitalização.

Um Estado sensível, dinâmico e eficaz

(...) Falemos com franqueza diante do povo, como uma autocrítica saudável, para corrigir erros e retificar os rumos.

Algo que devemos criticar, já o assinalava Daniel, mas queremos ainda falar um pouco mais: o burocratismo. Nós herdamos não só a destruição, mas também a traça do burocratismo. Os funcionários públicos do passado foram educados com a concepção de que sua função especializada estava à margem das decisões políticas. Mas o funcionário não é só especialista: tem que tomar agora decisões políticas.

Lamentavelmente, há muitíssimos funcionários que não assumem a responsabilidade de resolver diretamente os problemas em comunhão direta com vocês, com as massas. Os aparatos do Estado devem ser sensíveis, dinâmicos, eficazes.

Creio que é uma obrigação inadiável enfrentar o burocratismo. Mas como enfrentar o burocratismo? Vinculando-nos às massas. Os dirigentes administrativos estatais a todos os níveis devem ir ao centro dos problemas, onde estão os conflitos, conhecer os trâmites, sair dos escritórios e começar a simplificá-los. Se isto é assumido pelos dirigentes, também devem assumi-lo os demais trabalhadores.

Ainda existem companheiros das Forças Armadas e de outros organismos, se bem que afortunadamente muito poucos, que creem que o uniforme ou a responsabilidade que lhes deu a Revolução lhes dá a categoria de cidadãos especiais, desrespeitam as normas de tráfego, não fazem filas nos cinemas, pedem favores especiais, dão ou recebem recomendações, armam confusões nos bares noturnos e nos lugares de diversão.

Estes companheiros ou retificam sua conduta ou deixam de chamar-se sandinistas. (aplausos).

NICARÁGUA



Avançar até o socialismo

No ato do 19 de Julho, entre os milhares de faixas e cartazes, se destacava uma enorme bandeira que, do fundo da praça, dominava a concentração: "Após vinte anos de luta, a classe operária jura avançar até o socialismo". Era assinada pela CST (Central Sandinista de Trabalhadores). E esta consigna é a melhor síntese do nosso balanço de dois anos de Revolução na Nicarágua.

Por Marcelo Zugadi

O poder e as classes

Quando a 19 de julho de 1979 a insurreição de Manágua coroou a longa guerra revolucionária e enterrou o regime de Somoza, o poder político passou às mãos da Frente Sandinista de Libertação Nacional, cujas principais figuras encabeçaram o Governo de Reconstrução Nacional. O governo estava composto, além deles, por notáveis representantes da burguesia anti-somozista, em particular Alfonso Robelo e Violeta de Chamorro. Em 1980, ao completarse o primeiro aniversário da Revolução, a burguesia já não tinha sequer as aparências do poder político; no governo só permanecia a sombra do capital: seus representantes haviam sido substituídos por comandantes da FSLN nos ministérios de Defesa, Planejamento e Desenvolvimento Agrário e por aliados da FSLN nos postos que Robelo e Chamorro deixaram vagos. Restava-lhes, sem dúvida, grande parte do poder econômico e a força que significa o apoio do imperialismo.

Em 1981, o partido de Robelo está isolado e vencido, enquanto que **La Prensa**, o diário de Violeta Chamorro, é o último bastião da burguesia contra-revolucionária. **La Prensa** e sua campanha de calúnias e provocações não apenas teve a condenação do governo, que o sancionou com suspensões em duas oportunidades no último mês, mas também foi, além disso, condenado pela ira popular que se expressou no dia 18 de julho em múltiplos atos onde se queimaram exemplares do diário burguês e no dia seguinte, na concentração, na exigência massiva de que o governo o confiscasse.

No momento do segundo aniversário, os dois membros da Junta de Governo que haviam substituído Robelo e Chamorro no outono de 1980 já não tomam parte do órgão político máximo: a Junta passou de 5 a 3 membros e Daniel Ortega, com o cargo de coordenador, é seu virtual presidente.

Economia mista ou economia de transição

No Conselho de Estado, num total de 51 assentos, 41 estão ocupados por organizações políticas e de massas do movimento operário; dos dez que correspondem à burguesia, só um está ocupado — o do minúsculo Movimento Liberal Constitucionalista — porque os nove restantes são boicotados, diante da impossibilidade de impor seu próprio critério.

O Exército Popular Sandinista (EPS), que substituiu a Guarda Nacional de Somoza, desde o primeiro momento esteve sob a condução da FSLN e nestes dois anos foi organizado e fortalecido sem que a burguesia pudesse evitá-lo. O capital não conta hoje com força armada no interior da Nicarágua. Por outro lado, as milícias populares crescem dia a dia e a 19



de julho se informou que o EPS e as milícias terão um comando comum.

Encurralada política e militarmente, a burguesia conta ainda com uma parte substantiva do poder econômico. E o tem usado para sabotar a produção, provocar uma crise de abastecimento, um estrangulamento da capacidade de importação, o caos enfim, para tentar um golpe, apoiada por uma invasão militar vinda do exterior.

O ato de 19 de Julho marcou um novo passo adiante da FSLN para fazer frente às manobras da burguesia. As medidas econômicas (ver box) significam um duro golpe ao capital: eliminação do latifúndio, novas empresas que passam às mãos do Estado e mais controles sobre a economia que tendem a evitar a especulação e a descapitalização, dando ao governo maiores possibilidades de planificação e controle. Estas medidas não configuram ainda, de um ponto de vista econômico, a instauração de um Estado Operário. Persiste o que se denomina "economia mista" (na realidade uma economia de transição) e em mãos privadas está ainda o grosso das forças produtivas.

As regras do jogo são ditadas pelo povo

Ortega e Borge explicaram nos seus discursos as causas internas e externas

pelas quais não se pode acabar imediatamente com essa situação. Mas foram inequívocos a respeito da firme decisão de defender o conquistado e continuar avançando. Ao anunciar as novas medidas, Ortega disse: "As regras do jogo são ditas pelo povo; quem quiser que as jogue e quem não, que se vá, ou o povo o aplastra". Borge foi mais poético, segundo seu estilo, mas não menos contundente: "As classes (possuidoras) foram desalojadas do poder pelos séculos dos séculos". E insistiu ao enumerar as concessões que são feitas à burguesia: "Mas é bom que se saiba que desde o 19 de julho, dia da vitória, fecharam-se os créditos de poder político, porque este poder pertence plenamente aos herdeiros dos esfarrapados que acompanharam Sandino, aos descalços, aos revolucionários, aos que têm fome e sede de uma justiça que lhes foi negada desde que começou nossa história".

O desenvolvimento sistemático da classe trabalhadora em termos de consciência, organização e poder efetivo que se verificou nos dois anos de Revolução, é a outra face do sistemático retrocesso da burguesia. Operários e camponeses, sob a condução da FSLN, têm percorrido com singular habilidade política e incontestável firmeza, o terreno que os leva a garantir as condições para desfechar o golpe final.

As medidas anunciadas por Daniel Ortega para assegurar o curso da história

1) Lei de Reforma Agrária: afeta as propriedades de mais de 500 hectares nos departamentos de León, Chinandega, Masaya, Granada, Rivas, Carazo, Jinotega, Matagalpa e de mais de mil hectares no resto do país. "As terras e propriedades agropecuárias serão destinadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agropecuario a: 1) os camponeses sem terra, meeiros e colonos; 2) Às cooperativas; 3) À Empresa de Reforma Agrária; 4) Aos produtores que a saibam trabalhar eficientemente; 5) Aos combatentes que participaram de nossa guerra de libertação e que queiram trabalhar no campo; 6) Aos familiares de heróis e mártires da Revolução que queiram trabalhar a terra. A terra será entregue gratuitamente e em quantidade suficiente para dar um nível de rendimentos, seja para os camponeses de cooperativas ou individuais, pelo menos de um salário mínimo mensal".

2) As cooperativas permanecem sob a direção estatal.

3) Confisco dos bens daqueles que atendem contra a Revolução (principalmente através da descapitalização) e aqueles que permanecerem fora do país por mais de seis meses.

4) Quatorze empresas passam às mãos do Estado.

5) Luta de morte contra o burocratismo e a especulação.

6) O Conselho de Estado decidirá sobre os futuros indultos (as organizações de massa que compõem o Conselho têm criticado alguns indultos recentemente outorgados pelo governo).

7) Não se aplicará a pena de morte. "A pena de morte contra o inimigo é integrar-se às milícias".

8) Será entregue o título de propriedade, sem nenhum encargo, aos habitantes dos "repartos" (loteamentos especulativos realizados por grandes companhias).

9) Será nacionalizada a distribuição do açúcar e todas as exportações não tradicionais.

10) A direção da FSLN assume a chefia das Milícias através do comandante Humberto Ortega.

O orador fez votar cada uma destas medidas, aprovadas fervorosamente pelas 500 mil pessoas reunidas na Praça 19 de Julho.



NICARÁGUA

Avançar até o socialismo Rumo ao confronto decisivo

Nenhuma habilidade tática, porém pode converter a luta de classes num pacífico intercâmbio de opiniões entre burgueses e proletários. E isto sabe-o muito bem a direção da FSLN. É por isso que tratou de adiar o máximo possível o inevitável confronto, ganhando tempo para se afirmar em todos os planos: econômico, político e militar. E agora, quando a burguesia percebe a inevitável dinâmica da revolução e se lança ao boicote econômico e à ameaça de invasão, os chefes da FSLN lhe respondem: "Quem não aceita as regras do jogo será aplastado pelo povo" e "este poder será defendido com a funda de Davi; só que nessa funda não há uma pedra, mas cartuchos de fuzis e canhões".

Do ponto de vista das relações de força no interior do país, a burguesia não tem a menor possibilidade de recompor sua situação. Chegou-se a um ponto tal em que seu boicote à produção já não responde ao traçado de um plano político, mas a uma questão de senso comum: toda invasão, todo esforço produtivo transforma-se num novo impulso, um fortalecimento da Revolução em curso. Por isso não há mais espaço para a negociação e a FSLN enquanto afirma a validade da economia mista, decreta a "expropriação dos contrarrevolucionários", entendendo como tais aqueles que não produzam segundo as possibilidades ou tentem descapitalizar suas empresas. E, limitado à geografia nicaraguense, para a burguesia restou só o "salve-se quem puder". Mas na Nicarágua

com maior evidência que em qualquer país, a luta de classes tem um caráter internacional. E neste terreno, as relações de força mudam; porque o imperialismo está disposto a jogar todo o seu poderio militar em defesa de seu controle sobre a América Central.

Direção revolucionária

Isto explica a cautela da FSLN. E o fato de que apesar da terrível ameaça que se projeta sobre a Revolução nicaraguense não a tenha feito retroceder um milímetro sequer durante estes dois anos, nem tenha feito vacilar seu sistemático avanço, qualifica a esta direção como genuinamente revolucionária e altamente capacitada para cumprir sua tarefa.

Para enfrentar o momento decisivo a FSLN traçou e cumpriu uma estratégia global. Enquanto se conscientizou (Campanha de alfabetização), se organizou (unidade das centrais sindicais, comitês de defesa sandinista, organização de mulheres, de camponeses, de pequenos produtores e até de crianças) e se armou (EPS, Milícias Populares) ao conjunto da população, tentou-se reorganizar o aparelho produtivo, evitar o bloqueio econômico e preparar-se para quando este chegar. Através do Forum de Discussão dos Problemas Nacionais, a FSLN conseguiu isolar a grande burguesia e aos agentes imperialistas e mostrar ao conjunto da população — as reuniões do Forum são transmitidas diretamente pelo rádio e televisão — o programa da FSLN e as

Nicarágua e a Revolução latinoamericana

“Esta Revolução — disse Borge em seu discurso — transcende nossas fronteiras. Nossa Revolução foi sempre internacionalista (...) todos os revolucionários e todos os povos da América Latina, especialmente, sabem que o coração de nosso povo está com eles, vibra com eles”, esclarecendo depois que a Nicarágua não exporta a Revolução, mas apenas seu exemplo.

Já assinalamos o fato de que a contra-revolução na Nicarágua só pode afirmar-se a partir do exterior. Mas El Salvador e Guatemala estão em chamas; e em cada país da América Latina, para usar a expressão de Borge, o coração dos povos e dos revolucionários está com a Nicarágua. O imperialismo se encontra assim na alternativa de limitar-se a observar, pressionando e manobrando mas sem intervir militarmente de modo massivo, ou de lançar a ofensiva militar e provocar uma grandiosa onda de solidariedade comba-

tente à Nicarágua e ao conjunto da América Central. Por outro lado, Cuba declarou que uma agressão contra a Nicarágua será considerada uma agressão contra seu próprio território e responderá às armas com armas.

O desenvolvimento da Revolução nicaraguense, então se entrelaça e se confunde com o desenvolvimento da Revolução em todo o continente. O apoio militante e incondicional à Nicarágua não é só uma obrigação de solidariedade, mas uma tarefa imperiosa em defesa dos trabalhadores e dos oprimidos de cada país da América Latina. Hoje, quando a partir de Honduras, um exército mercenário financiado e dirigido pela CIA ameaça com a invasão a Nicarágua, é preciso alertar e mobilizar a opinião pública contra a agressão imperialista e, chegado o caso, dispor-se a marchar, com dezenas de milhares de latinoamericanos, em defesa da Revolução na América Central”.

diferenças com o programa da burguesia. Trata-se, como disseram os jornalistas nicaraguenses entrevistados na nossa edição anterior, numa batalha ideológica sem paralelo na história.

E no momento em que a burguesia e o imperialismo ameaçam abertamente com a intervenção militar, a FSLN toma duas medidas de enorme repercussão política: a entrega a seus moradores sem custo

nenhum, de 90 mil casas em todo o País afeta a mais de 400 mil pessoas, quase 20% da população; e a reforma agrária que apesar de ainda não termos cifras exatas para avaliar o número de famílias favorecidas, terá sem dúvida uma formidável repercussão e garantirá o apoio do trabalhador do campo ao processo revolucionário, convertendo-o num bastião contra a intervenção de tropas mercenárias e estrangeiras.

Israel massacra palestinos

Os bombardeios de Israel ao Líbano, além de causarem a morte de cerca de 100 pessoas, ameaçaram deflagrar uma nova guerra no Oriente Médio.

Por Wagner Cardoso

Através de uma ação premeditada de assassinato massivo, o primeiro-ministro de Israel, Menahem Begin, ordenou no dia 17 de julho, que seus aviões de fabricação norte-americana bombardeassem a populosa capital do Líbano, Beirute. Desse massacre saíram mortas cerca de 500 pessoas e feridas outras 1.200. Enquanto tal crime sucedia, ele declarava à imprensa internacional que suas forças “continuariam atacando as bases e os locais terroristas, mesmo que eles estejam localizados em regiões vizinhas ou no interior de grandes concentrações civis.”

Os ataques criminosos da aviação israelense se deram durante toda uma semana, através de incursões aéreas e marítimas contra as populações palestinas na costa sul do Líbano. Além de destruir dezenas de bairros, mataram cerca de 100 pessoas. E no mesmo dia 17 — dia do “massacre de Beirute”, como ficou conhecido — as forças militares sionistas

castigaram duramente os campos de refugiados nas redondezas de Beirute e na cidade de Tiro. Também o porto de Sidão, no Mediterrâneo foi destruído, da mesma maneira que várias pontes e estradas no sul libanês. E para justificar esses atos, o Estado-Maior israelense declarava que “os ataques estavam dirigidos contra os locais da Organização pela Libertação da Palestina (OLP) de Yasser Arafat”, incluindo também a “destruição dos escritórios da Frente Democrática pela Libertação da Palestina (FDLP)”.

Não há dúvidas que a bestialidade dos dirigentes israelenses representa uma drástica escalada do curso militarista implementado pelo regime sionista, colocando de novo em pauta o perigo de outra guerra em toda a região do Oriente Médio.

Dinâmica infernal

O que para Begin são “terroristas”, sabe-se muito bem que nada mais são do

que as populações civis palestinas e libanesas. Continuando com uma prática desenvolvida já há quinze anos, o exército sionista tem como ordem eliminar qualquer agrupamento de palestinos, seja ela de moradia ou locais de trabalho. E para isso, o auxílio de Washington é determinante. Os famosos e moderníssimos aviões F-16, apesar de demora após o ataque à Beirute, já estão encomendados, vindo a reforçar o poderio de fogo de Israel.

Esses palestinos, que após a instauração do Estado israelense em 1948, foram expulsos de suas terras, são hoje quase 500 mil vivendo refugiados em campos do Líbano. Os outros, os que ficaram em solo sionista, vivem como cidadãos de segunda classe, sofrendo uma drástica discriminação social e econômica.

Face à barbárie comandada por Begin, o porta-voz da OLP em Beirute declarou: “Vamos sobreviver, apesar dos crimes de Reagan e de Begin. Continuaremos resistindo, não importa o tipo de armamento

sofisticado que eles utilizem. Pode ser que eles destruam nossos corações com nossas mulheres e crianças mortas, mas eles nunca quebrarão nossa determinação”.

Assim, o “cessar-fogo” assinado em 24 de julho é considerado como um acordo frágil e momentâneo. Apesar da intermediação da ONU e da Arábia Saudita nas negociações junto ao representante da Casa Branca, “para evitar um massacre maior”, a crise continua latente. A população e os guerrilheiros palestinos por seu lado, também resistem, e segundo Faruk Kaddumi, chefe do departamento político da OLP, “todo israelense deve sentir que um guerrilheiro pode estar apontando para ele, detrás de cada parede.”

Para o regime sionista a dinâmica é infernal: rodeado de gente que ele próprio expulsou de seu solo, golpeia incessantemente; enquanto isso, o povo palestino continua sua luta contra a opressão e pela sua libertação.



POLÔNIA: O pesadelo continua rondando as cabeceiras dos burocratas do POUP polonês. Já o seu IX Congresso Extraordinário foi cheio de problemas: pressões e "cartinhas" oficiais de Moscou, demissões do governo, golpes desferidos contra os "duros" do partido. Agora, os trabalhadores poloneses puseram-se em "estado de greve" contra a política econômica. O racionamento da carne (de 3 kg 500 eles passarão a receber 3 kg somente) foi novamente a gota d'água. O Sindicato "Solidariedade" já realizou várias manifestações por toda a Polônia contra a carestia e está agora propondo uma "greve geral de duas horas", caso o governo não chegue a um acordo. São milhares de pessoas nas ruas que, como em Varsóvia, bloquearam a maior via de circulação que desemboca na sede do partido. Isto, apesar das forças hostis da "milícia".

Por outro lado, um fato político importante estará marcando também este mês de agosto, para desgosto da burocracia e alegria do povo explorado: o I Congresso do sindicato "Solidariedade". Já foram realizadas as primeiras sessões durante o mês de junho que culminarão no dia 31 de agosto. Em Varsóvia, em Gdansk, em Szczecin e por todo o país já foram eleitos os delegados que representarão cada localidade no Congresso. Segundo Bogdan Lis, um dos membros do Presidium do "Solidariedade", "nunca se viu tanto debate, nem tanta lição de democracia". Ou como afirmou um dos 500 delegados de Gdansk: "É verdade que há muitas divergências dentro do sindicato, isto é normal e o debate está para colocá-las à luz do dia; mas na ação nós temos que ser como os cinco dedos das mãos, estaremos sempre juntos".

INGLATERRA: Dentro de um contexto de rebelião massiva da juventude contra o desemprego, uma greve marcada pelos 200 mil ferroviários para o dia 31 de agosto, e o repúdio internacional à intransigência com os presos republicanos na Irlanda do Norte, celebrou-se em 30 de julho o "show" do ano: o casamento do príncipe Charles com Diana Spencer. E o dinheiro rolou fácil. As carruagens eram resplandescentes, os cavalos maravilhosos, trajes de gala riquíssimos em seda, coroas de ouro e outros tantos requintes pagos pelos impostos públicos e pela política de "austeridade" do Partido Conservador.

Mas esse "conto de fadas" teve o seu lado de bruxa: mais dois presos morreram após 74 dias de greve de fome, na prisão de Long Kesh, perto de Belfast. Trata-se de Ken Doherty e Kevin Lynch. O "manto real" e as mãos da Sra. Thatcher continuam sujos do sangue do povo irlandês que persiste na sua luta pela independência.

A serpente botou seu ovo

Nesta carta, Isaac Akcelrud contesta a opinião de Halley Vaz Junior, publicada na edição nº 131 do EM TEMPO.

Akcelrud procura ressaltar a participação do movimento operário na criação do Estado de Israel, o apoio da URSS naquele momento e o caráter, a seu ver, progressista da esquerda sionista.

Tenho aqui apartear o artigo "Israel: o ovo da serpente", assinado por Halley Margon Vaz Junior, da edição nº 131 do nosso jornal. Para chegar à conclusão de que Israel é um "país quartel", Vaz Junior se apoia nas seguintes premissas:

1 - A situação que permitiu o surgimento do nazismo, na Alemanha, deu nascimento ao sionismo. Textualmente: "daí brotou e rapidamente cresceu a ideologia do Estado de Israel".

2 - O imperialismo não podia confiar nos semi-feudais árabes e muito menos na burguesia nacionalista, representada por Nasse e Mossadegh. Decidiu criar "um Estado moderno e altamente aparelhado", como "necessidade urgente do grande capital".

Os fatos contradizem energeticamente essa "teoria".

Ao contrário do que afirma Halley, a ideologia que mobilizou os construtores do Estado de Israel não nasceu do ventre podre que pariu o nazismo, mas provém do mesmo turbilhão histórico que produziu a revolução proletária na Rússia.

O império dos czares, "cárcere de povos", oprimia os judeus, entre dezenas de outras nacionalidades. Acontece que, justamente lá, o povo judeu contava com uma combativa classe operária que, também ela, produziu os seus Lulas, organizou-se e lutou. O "Bund" judeu foi o primeiro partido operário revolucionário a organizar-se na Rússia e deu não pequena contribuição à formação do Partido Operário Social Democrata Russo (POS-DR). O Bund (União) nasceu em 1897. Surgiram, depois, outros partidos operários judeus, também de orientação marxista, entre eles o "Poalei Zion" que funcionou na União Soviética até pouco depois da morte de Lênin. Os trabalhadores, como revelou o censo, eram a maioria esmagadora do povo judeu na Rússia, mais de cinco milhões de seres humanos.

O sionismo socialista tinha sua mais alta figura em Borochof, um teórico e líder marxista. O sionismo buguês foi representado principalmente por Jabotinsky, cujo herdeiro é Menachem Beguin. O sionismo socialista optou pela concentração territorial em Israel, empenhando-se em desviar para lá a formidável emigração judaica da época. A partir da década de 80 do século passado e não no primeiro após guerra, como insinua Halley, começou a imigração de trabalhadores pioneiros judeus em Israel. Construir o país com seu próprio trabalho, colonos e não colonizadores, confraternizar com os trabalhadores árabes, era o meio, a forma e a política de obtenção da futura pátria. Gota a gota de suor, pedra por pedra, passo a passo. Em sentido oposto, o sionismo buguês pretendia a cobertura dum grande potência e Jabotinsky pregava a conquista **manu militari**. Assim, o movimento sionista foi palco dum intensa luta de classes. Chocavam-se a concepção burguesa e a concepção proletária na luta pela solução do problema judeu.

O jovem subversivo Ben Gurion definiu: "O sionismo é o direito ao trabalho". Muito diferente das idéias sobre "direitos históricos", "terra prometida" e outras teologias. Em 1906, quando ainda ardia a primeira revolução russa, fundava-se o partido operário socialista de Israel, em congresso de 150 participantes, na cidade portuária de Jaffa. Apenas 13 anos depois, em 1919, Ben Gurion chegava à conclusão de que "sem a unificação do movimento operário judeu no país, que serviria de guia para o movimento sionista mundial, não há segurança de que o trabalho judeu construa o país. Esta necessidade histórica nos obriga a unir-nos e aumentar nossa influência no mundo judaico".

No congresso formador do "Achdut Avodá" (Unidade do Trabalho), no mesmo ano de 1919, foi aprovado um programa cujo artigo primeiro dizia:

"O movimento operário de Eretz Israel faz parte do movimento operário socialista internacional. O movimento operário de Eretz Israel participa do movimento sionista no seio do povo hebreu".

Foi com essa ideologia (internacionalismo proletário) que o partido disputou e alcançou a liderança do movimento sionista (hegemonia da classe operária no movimento nacional). Os alicerces de Israel são os kibutz, que é uma comuna agrícola, e a Histadrut, uma central sindical que pode colocar parte dos meios de produção nas mãos dos produtores.

Sei muito bem que houve deformações e recuos. A luta continua. São as vicissitudes da luta pelo socialismo, que registra êxitos e derrotas. Um articulista privilegiado com espaço num jornal operário tem o dever indeclinável de indagar, antes e acima de tudo, qual a situação, quais os interesses e ação da classe trabalhadora em qualquer movimento nacional que analisa. Esta é a única posição séria. Se não conhece, trate de informar-se antes de escrever.

Igualmente inverídica é a afirmação de que o imperialismo criou o Estado de Israel. A verdade é que o Estado Judeu foi criado contra a vontade do imperialismo. Provas? Eis algumas:

1 - A Inglaterra, detentora do mandato da Liga das Nações sobre aquele território, na época a maior potência mundial, impediu ao máximo a imigração. Como é que uma potência imperialista poderia, ao mesmo tempo, decidir pela "necessidade" dum Estado Judeu e impedir a ferro e fogo a formação dum numerosa população judaica no país? A verdade é que a Inglaterra colonialista mentia e ludibriava judeus e árabes, jogava com suas diferenças, atritos e dificuldades, cuidando única e exclusivamente de seus interesses imperiais. A imigração judaica para a então Palestina não só era ilegal e clandestina, como sofria a mais cruel repressão policial-militar britânica. Os fugitivos e resgatados dos campos de morte e crematórios nazistas eram aprisionados em campos de concentração, em Chipre. Enquan-

to isto, o célebre mufti de Jerusalem, Hadj Amin Husseini, líder dos palestinos, conspirava com Hitler. Foi aí, nessa filiação ao nazismo, que começou o drama palestino e não como consequência da presença de operários e fugitivos judeus. Por enquanto, basta em relação aos ingleses.

2 - Os Estados Unidos foram contra a proclamação do Estado de Israel. É mais do que conhecida a posição hostil de Truman, bem assim o apelo do secretário de Estado, general Marshall, pelo "adiamento" para hora "mais oportuna". A partilha decretada pela ONU deveria ser uma bela promessa e ficar no papel.

3 - Proclamado o Estado, as legiões árabes invasoras vindas de vários países árabes foram enfrentadas por um jovem exército improvisado a partir da milícia operária de auto-defesa. Quem forneceu as armas necessárias para repelir a agressão foi a União Soviética, "tradicional aliada dos terceiomundistas" no dizer de Halley. Armas e munições suficientes foram transferidas para Israel através da TchecoEslováquia. Por enquanto, parece que chega.

Nesses tempos, "Palestino" designava o judeu e não o árabe. De qualquer forma não é preciso exagerar quanto aos "milhões e milhões" de refugiados palestinos. A questão não é de estatística. O problema é político. Os árabes palestinos, nesse doloroso processo, amadureceram como nação e têm direito à soberania estatal tanto quanto os israelenses.

Aparentemente, eu poderia coincidir com Halley na condenação do bombardeio do Osirak. Mas usá-los talvez a mesma linguagem para dizer coisas diferentes e antagônicas. Sua noção do Estado de Israel é deformada e desinformada e leva à idéia genocida de legitimar sua destruição. Tentou identificar o ovo da serpente, mas foi a serpente que botou seu ovo na cuca dele.

Como socialista e judeu, não morro de amores pelos belicosos governantes ditatoriais do Iraque e não sou **persona grata** de Beguin e seu regime. Considero ambos os governos perniciosos para seus respectivos povos. O presidente Hussein, um general ditador golpista, além de tudo, não prima pela agilidade mental. Diante do clamor mundial e não raro hipocrita contra o bombardeio, deu a calinada de insistir que seu objetivo é mesmo a bomba atômica. Muito mal assessorado, pelo menos.

Quanto a Beguin, não é tão primário a ponto de pensar que esse é o modo de afastar a ameaça nuclear contra Israel. Em realidade, tentou combinar duas cousas altamente negativas: de um lado, buscou um teatral golpe eleitoral demagógico — o que denuncia o aventureiro político desesperado; de outro, em competição com o Egito, candidatou-se brutalmente à função de gendarme do Oriente Médio.

Em um e outro podemos identificar facilmente a luta sem trégua contra o movimento operário socialista em Israel e o empenho em manter o país atrelado à política externa de Reagan. Essa política é suicida do ponto de vista nacional israelense e criminosa do angulo dos interesses populares. Uma política externa de gendarme do Oriente Médio só pode ter como réplica interna a demolição da democracia, o confinamento e repressão do movimento operário, a marcha batida para a ditadura.

Isto é que é preciso denunciar. Nunca advogado subrepticamente a eliminação dum país criado pelos operários da Histadrut, pelos camponeses do kibutz, pelos soldados e marinheiros da Haganá.

Isaac Akcelrud

Isaac Akcelrud, entre inúmeras outras atividades jornalísticas, participou de vários jornais operários e foi correspondente da "Folha de São Paulo" no Oriente Médio. Hoje é militante do PT.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Raul Pont (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Flávio Andrade, Sandra Starling, Luci Ayala, José Luiz Nadai, Robinson Ayres, Tom Duarte e Valmir Menezes.

Jornalista responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149

Arte: Paulo Roberto Borges

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — R. Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, São Paulo, CEP 05414, fone: 852-8880 — CGC. 19.858.067/002-70

Sucursais: Belo Horizonte — Av. Cristóvão Colombo, 550; Porto Alegre — Av. Osvaldo Aranha, 1470, Loja 20; Rio de Janeiro — Caixa Postal 4680

Impressão: Cia Editora Joruês. R. Gastão da Cunha, 49 — São Paulo, fone: 531-8900.

A luta dos sem terra no Rio Grande do Sul

Pais sem terra, filhos sem pão

Da Sucursal

O movimento dos sem terra está passando por seus momentos mais decisivos. De um lado a persistência, o sofrimento e a coragem dos colonos. De outro, o governo atacando com todas as armas possíveis, tentando acabar com o movimento, e buscando de qualquer forma "convencer" os colonos a irem para outros estados, especialmente Bahia (projeto da Serra Ramalho), Acre (projeto Pedro Peixoto) e Mato Grosso (projeto Vale Verde).

Dia 25 passado, no Dia do Colono, as mais de 700 famílias que já estão acampadas no município de Ronda Alta (RGS), há mais de 5 meses, exigindo terras no Estado para cultivar, organizaram um Ato Público do qual participaram mais de 15 mil pessoas.

Foi uma das maiores manifestações que o campo brasileiro já viveu e daí saiu uma comissão de 180 agricultores encarregada de exigir solução definitiva para o problema.

No mesmo dia, para surpresa geral e frente a amplitude que o movimento vem tomando e o apoio que vem ganhando de todos os trabalhadores e movimento popular organizado, chega a Ronda Alta, diretamente do Araguaia, o já conhecido Cel. Curió (ver box), que como interventor do governo federal do Estado, cerca o acampamento com policiais do exército e passa a dirigi-lo com seus métodos tradicionais, misto de violência, prepotência e populismo.

Mais do que a repressão direta sua tática tem sido a de persuasão e contínua propaganda. Distribuindo comida a vontade e até dinheiro para os mais necessitados, o coronel busca comprar a confiança dos agricultores, dividi-los e acabar com a sua mobilização. E para isso conta com muita infra-estrutura: além de filmes e slides pintando os projetos do norte como um verdadeiro paraíso, conseguiu em menos de uma semana mobilizar aviões da FAB e organizar uma verdadeira excursão de colonos à Bahia e ao Acre para visitarem os projetos de colonização.

Estas são as cartadas do governo para dividir os colonos, afastar a solidariedade que estão recebendo de todo o país para destruir esse movimento dos sem terra que está sendo olhado com expectativas pelos trabalhadores de todo o Brasil.

No dia 6 de abril passado, os jornais de Porto Alegre noticiaram com grande destaque o mais novo acampamento de colonos sem terra do RGS. Já fazia uns 20 dias, que umas 80 barracas, abrigando mais de 500 pessoas, entre adultos e crianças, tinham sido montadas. Eram os sem terra, que não tendo outra saída decidiram se fixar na Encruzilhada Natalino em frente à Fazenda Macali, no município de Ronda Alta, norte do Estado.



1981: acampamento em Ronda Alta

Improvisaram barracas de todos os tipos: de lona, de capim, de tábuas usadas, de plásticos de sacos de adubos, no corredor entre a cerca da fazenda (que é do Estado) e a estrada estadual que liga Ronda Alta a Passo Fundo.

O pessoal chegava de todos os meios: de ônibus, de caminhão, de trator, de carreta de boi ou mesmo a pé, na falta de condução.

Logo o pessoal se organiza e forma uma comissão de representantes encarregada de dialogar com o governo. Mesmo sabendo de toda a luta que havia pela frente e com a situação precária em que se encontram, uma coisa estava muito clara na cabeça de todos desde o início: não aceitariam proposta de espécie alguma do INCRA ou do gover-

no do Estado, para se fixarem fora do RGS.

No dia 9 de abril chega a primeira comitiva de deputados acompanhados do Secretário da Agricultura. Foi a oportunidade para que ficasse bem claro que dali ninguém sairia para terras de outros estados. A expressão "quem for para o Mato Grosso, pode levá o caixão junto", usada pelos colonos, esclarece bem a diferença que existe entre as demagógicas promessas do governo e a cruel realidade encontrada nas áreas de expansão da fronteira agrícola do Brasil Central.

Da visita dos políticos, resultou um debate na Assembléia Legislativa onde foi pedido o assentamento dos sem terra nos mais de cem mil hectares atualmente

em posse do exército no RGS e em boa parte arrendados para empresas agrícolas ou simplesmente em desuso, mas não se passou disso.

No dia 13 chega a Porto Alegre a comissão de 12 agricultores. Na capital, muita conversa e nenhuma solução. Um dos relatos feitos aos deputados, expressou bem a situação: "Há dois anos estamos acampados na Granja Brilhante. Estamos cadastrados e o governador garantiu que ganharíamos terra, mas até agora nada. Apodreci duas lonas lá no mato esperando e meu filho menor nasceu lá. Não podemos plantar nada e agora há ameaça de prisão por parte da Brigada Militar que quer que a gente saia de lá. Mas ir pra onde?"

O secretário da Agricultura Baltazar de Bem e Canto reafirma aos colonos que "o Estado não tem condições de resolver o problema de reassentamento dos colonos que estão no acampamento, pois não possui terras e não tem dinheiro para comprá-las. O problema é do INCRA, que é um órgão de colonização e reforma agrária".

A conversa do INCRA e do governador Amaral de Souza não foi diferente: "terra, só no Mato Grosso", enquanto não perdiam tempo afirmando aos jornais que havia "elementos invisíveis" interessados em induzir os agricultores a reivindicar terras, infiltrados no meio dos colonos.

E havia mesmo: era a fome, a situação de miséria e o medo do frio do inverno que se aproximava.

O acampamento no dia 16 já ocupava uma faixa de mais de um quilômetro, abrigando cerca de 500 famílias. Nesse dia chegou um grupo de técnicos do INCRA e do SINE para cadastrar todos e especialmente quem estivesse disposto a se empregar. Enquanto isso, as doenças começaram a se multiplicar.

O frio e a umidade entram barraca a dentro, fazendo muita dor de garganta, gripe e resfriado. Também a fraqueza, tonturas, diarreias e a "doença dos ner-

vos" começa a judiar de muita gente.

Depois de algum tempo, o governo volta a fazer a proposta para os agricultores se empregarem, inclusive em campos das Estações Experimentais do Estado. Esta idéia é considerada uma afronta pelos agricultores. Ao mesmo tempo o governo pede pelos jornais que as famílias voltem para suas casas.

Numa mostra de determinação e firmeza, as três mil pessoas acampadas, saem em passeata pela estrada, cantando em uma só voz: "a terra é de todos, não só dos tubarões".

No dia 1º de maio, as 529 famílias acampadas enviam representantes a Porto Alegre para pedirem a solidariedade dos trabalhadores da cidade. A comissão participa das comemorações do dia. Na ocasião se denuncia, que já haviam morrido duas crianças no acampamento, por absoluta falta de assistência médica.

Destá viagem à capital, resultou o início de uma campanha de doação de comida, roupas, calçados, cobertas e mesmo dinheiro. Ao mesmo tempo a FETAG — Federação dos Trabalhadores na Agricultura — e vários sindicatos rurais e urbanos da região passam a apoiar firmemente o movimento dos colonos.

As dioceses de Chapecó e Passo Fundo começam a desenvolver campanhas em suas paróquias para a manutenção das famílias. A Comissão Pastoral da Terra apoia firmemente os agricultores.

Com a atenção de todo o estado voltada para a região, o movimento dos sem terra aumenta dia a dia. Hoje já são mais de 700 famílias, ocupando uma extensão de mais de 2 mil metros e que não arredam o pé.

Pessoas vinculada a CPT acreditam que agora o governo procurará uma solução, pois a cada dia a opinião pública mais se mobiliza cobrando uma solução. Além disso esse foco de tensão em ano pré-eleitoral vem desmoralizar ainda mais o já tão combatido PDS.

Violência e Populismo

Quem é esse Cel. Curió, interventor federal que veio controlar o acampamento de Ronda Alta?

No sul do país ele ainda não é muito conhecido, mas lá pelo norte e nordeste, onde os conflitos de terra têm sido dos mais sangrentos, ele é um personagem muito popular.

Chegou à região do Araguaia na época da guerrilha, como agente secreto do SNI e durante muitos anos seu verdadeiro nome, Sebastião Rodrigues de Moura, não era conhecido de ninguém. Além de Dr. Curió, costumava se apresentar com o nome falso de Marco Antônio Luchini e com os codinomes de dr. Paulo e dr. Tibiriçá. Com o final do movimento guerrilheiro ele permanece na região, com plenos poderes, recompensando aqueles que haviam colaborado com o governo e tentando por panos quentes na situação sempre conflitiva.

Algum tempo depois, também com poderes de gover-

nador geral, ele vai organizar o garimpo de Serra Pelada, mantendo os milhares de trabalhadores numa situação de semi-escravidão, confinados nos acampamentos ao mesmo tempo em que ele lhes levava filmes de porno-chanchadas e até o presidente Figueiredo, no final do ano passado.

Mais recentemente "Curió" passou a intervir em todos os conflitos de terra da região e "meter o bedelho" no movimento sindical rural, que com o apoio da igreja ganha força na região. Podendo dispor de aviões da FAB para se deslocar para onde quiser e autorizar a invasão de terras por posseiros, a sua fama cresce dia a dia.

Quando das eleições no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia sua interferência a favor da chapa da situação, governista, foi decisiva. Além disso, corre o boato de que ele seria o mandante do assassinato de Raimundo Lima, o "Gringo", candidato a presidente pela oposição.